

RUBENS RICUPERO

|| POR RICARDO ISMAEL, LUIZ BERNARDO PERICÁS,
ROSA FREIRE D'AGUIAR E RICARDO BIELSCHOWSKY



|| FOTO ALEXANDRE BATTIBUGLI

O embaixador **Rubens Ricupero** assumiu a Secretaria-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), em 1995, num momento de crise da instituição, em que se considerava inútil mantê-la face à recém-criada Organização Mundial do Comércio. Para agravar o quadro pouco favorável ao novo secretário-geral, inúmeros países, Brasil inclusive, viviam embalados na fantasia do catecismo neo-liberal pregado pelo Consenso de Washington e que prometia resolver, pelo enfraquecimento do Estado e pela abertura dos mercados, questões tão graves como o baixo crescimento econômico e as

desigualdades dos países menos favorecidos. Oito anos depois, quando chegou ao fim de seu segundo mandato frente à Unctad, o embaixador brasileiro era saudado como alguém que não só reergueu, mas reinventou essa agência das Nações Unidas voltada para o Terceiro Mundo. Não era para menos. Rubens Ricupero é dos diplomatas mais competentes do país. Nascido em São Paulo em 1937, com formação de jurista e economista, fez uma brilhante carreira no Itamaraty, tanto em Brasília, onde chefiou a Divisão Cultural e o Departamento das Américas, como no exterior, onde serviu em Viena, Buenos Aires, Quito, e foi embaixador em Genebra,

Washington e Roma. Sua imensa experiência internacional, aliada à sólida bagagem intelectual, o levou a ocupar altas funções fora do Itamaraty. Ricupero foi assessor internacional do presidente eleito Tancredo Neves, assessor especial do presidente José Sarney, e, no governo de Itamar Franco, ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal, e ministro da Fazenda, no início da implantação do Plano Real. Hoje ele se divide entre a direção da faculdade de economia da Fundação Armando Álvares Penteado, e os muitos compromissos no Brasil e no exterior, dedicando-se também a publicar na imprensa lúcidos artigos sobre política

internacional e economia. No apartamento em São Paulo, onde ao lado de sua mulher, Marisa, recebeu a equipe de *Cadernos do Desenvolvimento*, Rubens Ricupero discorreu por mais de quatro horas sobre os temas que lhe são caros: Brasil, desenvolvimento, relações internacionais, meio ambiente, e relembrou episódios e personalidades que marcaram seu meio século de atuação na diplomacia brasileira.

ROSA FREIRE D'AGUIAR. Talvez pudéssemos começar a conversa lembrando o início de sua carreira de diplomata.

RUBENS RICUPERO. Iniciei a carreira diplomática ainda no governo Juscelino Kubitschek. Ingressei no Instituto Rio Branco em 1958, fui examinado por Guimarães Rosa, que acabava de publicar, dois anos antes, *Grande sertão: veredas*. Ele foi meu examinador em cultura geral. Logo no início de Brasília, eu me voluntariei e fui um dos primeiros funcionários do Itamaraty a ir para a nova capital. Cheguei já no governo Jânio Quadros, no dia 10 de março de 1961, e lá no Itamaraty só tinha uma subchefia do gabinete. Éramos uns cinco ou seis, e isso para mim acabou se revelando decisivo, porque tive bastante contato com o ministro do Exterior do Jânio, que era o Afonso Arinos. Assisti de perto ao episódio da renúncia do Jânio; curiosamente acho que fui a primeira pessoa presa na renúncia, porque levei uma mensagem do Afonso Arinos ao Congresso, que foi interpretada como uma espécie de pressão. Todo o pessoal do Jânio tinha abandonado o palácio, e o chefe do cerimonial entregou a mim e a um colega a missão de cuidar de praticamente todos os papéis até que a situação se esclarecesse. Nesse período vim para São Paulo; quando voltei, o ministro era San Tiago Dantas, já no gabinete parlamentar de Tancredo Neves, instalado em setembro de 1961. Foi nessa época que conheci o doutor Tancredo, pois uma de minhas funções era a ligação entre o Itamaraty e o seu governo parlamentar.

ROSA. Como foi o convívio com San Tiago Dantas?

San Tiago foi o único dos ministros que jogou a sério o jogo parlamentar, o único que, de acordo com o espírito do parlamentarismo, enviava as medidas com uma exposição de motivos circunstanciada ao primeiro-ministro e uma exposição de motivos sintética ao presidente da República. Os outros faziam o jogo de Jango, que era apenas esperar o momento de abolir o parlamentarismo. San Tiago tentou viver o parlamentarismo. E essa minha primeira experiência da vida política brasileira me marcou em sentido negativo, perdura-

velmente. É que o gabinete de Tancredo Neves teve que se desincompatibilizar, porque um dos absurdos do parlamentarismo apressado que se adotou no Brasil foi que os ministros, embora teoricamente deveriam sair do Parlamento, tinham que deixar o governo para ser candidatos, o que não ocorre em nenhum regime parlamentar. Então, o gabinete de Tancredo precisou se desincompatibilizar em 1962, e San Tiago Dantas foi indicado primeiro-ministro. Mas na verdade ele sofreu uma traição de João Goulart e do grupo de Brizola e do PTB, que o sabotaram, temendo que ele fosse o único político brasileiro capaz de viabilizar o parlamentarismo. E na época não havia nenhum interesse nisso. Eu era assessor de San Tiago justamente para os assuntos ligados ao Congresso, aonde sempre o acompanhava. Na época o Brasil reatou relações com a União Soviética. E para medir nosso atraso político basta dizer que isso provocou uma tempestade e ele foi convocado inúmeras vezes para dar explicações.

Data também desse momento a admiração que tenho até hoje por San Tiago Dantas, uma das figuras que mais me marcaram. Eu via nele duas qualidades que nunca encontrei, nesse grau, em nenhum homem público. Primeiro, uma capacidade extraordinária de se exprimir por escrito ou verbalmente, sem nenhum erro, sem nenhuma vacilação, sem repetições. Falava de tal forma que, depois dos comparecimentos ao Congresso, era inútil rever as notas da taquígrafia porque tudo saía como se tivesse sido pensado e retrabalhado. A segunda qualidade era uma clarividência que não derivava de nenhuma intuição mágica, mas simplesmente de uma racionalidade poderosa. Ele tinha a capacidade de extrair todos os desdobramentos possíveis de um fato, de uma tendência, o que lhe permitia ver já em 1961 que o crescimento da inflação brasileira ia acarretar um agravamento dos conflitos distributivos, e ia levar à polarização e à radicalização, que, se não fossem controladas, cedo ou tarde provocariam uma intervenção dos militares, desta vez por longo período, porque os militares se haviam preparado na Escola Superior de Guerra, e não seria mais uma intervenção breve como

no passado. Isso ele disse numa noite de setembro de 1961, na casa de nosso colega Maury Gurgel Valente, na primeira reunião que tivemos para conhecer o ministro.

RICARDO ISMAEL. Em 1963 o senhor vai para Viena e se afasta de Brasília. Como esse período de parlamentarismo apressado, como o senhor mesmo disse, em que o país sofreu com a instabilidade política e depois com o retrocesso do golpe militar, marcou a trajetória do jovem diplomata?

Até hoje as ideias que tenho sobre desenvolvimento são basicamente as ideias de San Tiago Dantas. Há um discurso dele de fins de 1963, quando recebeu o prêmio Homem de Visão do Ano, meses antes de sua morte, que citei extensamente quando era ministro da Fazenda, no dia de Tiradentes, em 1994. Nesse discurso, San Tiago expõe a ideia de que o desenvolvimento não podia ser imposto de cima para baixo, tinha de vir do povo; deveria aliar uma política racional, econômica, capaz de promover o crescimento, a uma política de distribuição de riqueza e renda, a uma política que de fato contribuísse para a elevação do nível de bem-estar da massa da população; e diz como isso deveria ser feito de maneira crescentemente participativa e democrática. San Tiago era um homem da elite – o pai era almirante –, que ganhou muito dinheiro com a advocacia, mas escolheu entrar no Partido Trabalhista Brasileiro porque procurava justamente um partido associado ao povo. Ele via no PTB o que hoje talvez as pessoas vejam no PT, um partido que representava o futuro, a ascensão das massas urbanas. Tanto que muitas vezes foi considerado um traidor da classe. Quem era do meio social de San Tiago Dantas não compreendia bem que, naquele momento de polarização, ele tivesse feito uma opção pelo PTB. Fiquei muito desapontado, mais que isso, muito frustrado com a traição de que ele foi vítima nesse episódio que contei acima, porque ele foi indicado por João Goulart – hoje em dia está provado, há testemunhos, até do Almino Affonso, que era o líder do PTB na época – mas por baixo do pano Jango deu ordens para que ele fosse derrotado. Marisa

e eu saímos com ele do Congresso altas horas da noite, quando ele foi derrotado, e senti naquele momento que nada mais poderia deter o curso da tragédia no Brasil. Minha convicção é que, se havia um homem capaz de evitar a radicalização, ainda incipiente em meados de 1962, era San Tiago Dantas. Com sua saída de cena, deu-se livre curso a pessoas como Brizola, que na época não tinha a maturidade que adquiriu mais tarde, e a outros que se deixaram iludir pelo clima da época. A tradição da esquerda brasileira não é democrática. Ela chegou à democracia tardiamente, as correntes dominantes nessa época eram mais revolucionárias, favorecendo um regime mais ou menos calcado no de Cuba e outros países. Nunca concordei com isso. Curioso é que por conta desse episódio equivocadamente acabei incluído na primeira lista de cassação do governo militar. Escapei, mas tive que responder a inquérito, depois, em 1964.

RICARDO. Quando aconteceu o golpe, o senhor estava em Viena.

Sim, em Viena. Saí de Brasília acho que em agosto de 1963, portanto assisti ainda à rebelião dos sargentos, já estava tudo em ebulição. Saí porque estava convencido de que era melhor do que esperar pelo pior. Eu não tinha nenhuma ilusão de que os militares seriam derrotados. Achava que os outros é que viviam em total ingenuidade ao ignorar a correlação de forças.

RICARDO BIELSCHOWSKY. San Tiago chegou a comentar com o senhor por que, depois de ter sido boicotado por João Goulart, aceitou ser ministro da Fazenda?

Nunca ouvi do doutor San Tiago uma explicação para esse episódio, embora eu o tivesse encontrado um pouco antes de sua morte, quando voltou o câncer que ele teve, inicialmente um câncer de mama, raríssimo em homem. Ele foi operado, o câncer reapareceu, ele fez uma última viagem à Europa, pois queria se despedir dos lugares de que gostava. Foi à catedral de Chartres, acho que foi a Veneza, passou por Viena, onde eu estava. Nunca me contou, mas presumo que tenha sido por ver a participação

na vida pública como uma missão, e acreditar que poderia exercer uma influência para evitar a radicalização. Pensava que poderia frear o movimento inflacionário. Como eu disse, foi a primeira pessoa que encontrei que tinha uma noção clara do poder destrutivo da inflação alta sobre a sociedade. Conhecia muito bem as experiências da Alemanha e da Áustria dos anos 1920, e, numa época em que as pessoas achavam que inflação era um tema da direita, ele percebia claramente que a inflação era, ao contrário, uma força que provavelmente iria levar a direita ao poder. Disseram-me que até os últimos dias do regime tentou influir para evitar que João Goulart fosse ao Sindicato dos Marinheiros, para evitar que o comício de 13 de março tivesse aquele caráter que acabou adquirindo. Contam até uma história cuja veracidade não posso atestar, mas que ouvi de pessoas do grupo dele: quando o golpe se consumou, ele tentou rapidamente pôr em ação um esquema para evitar que os militares ficassem no poder: a eleição indireta pelo Congresso do marechal Eurico Gaspar Dutra como presidente, pois o Dutra, que tinha sido presidente em 1946, era figura que se impunha pela antiguidade, pelo prestígio entre os militares, e com uma devoção quase supersticiosa à Constituição, que ele chamava de “livrinho”. Mas enquanto San Tiago articulava a eleição de Dutra, Juscelino se precipitava, pois queria ser candidato no ano seguinte, e foi procurar o marechal Castelo Branco, chefe do estado-maior, a quem ofereceu o apoio do PSD no Congresso – achando que com isso garantiria sua eleição em 1965. Contaram-me que San Tiago, ao ser informado, afirmou: “O Juscelino acaba de entregar o poder aos militares por vinte anos”.

ROSA. Voltando ao inquérito do Itamaraty, depois do golpe.

Foi muito assustador. Eu era terceiro-secretário, nossa primeira filha tinha acabado de nascer, eu estava no exterior e não sabia qual era a seriedade daquilo, pensei que poderia ser excluído do Itamaraty. Recebi um telegrama secreto, para ser decifrado por mim pessoalmente, com a ajuda de um livro de código, como se fazia na época. O telegrama era um questionário que dizia haver

acusações de que eu era esquerdista e me confrontava com uma série de perguntas. Uma delas, até, típica de policial: “A que atribui essas acusações?”. Para ver se aí eu me incriminava. Respondi que não tinha a menor ideia. Isso foi meses depois do golpe. Além de responder ao questionário, era preciso ter três cartas de pessoas que testemunhassem a meu favor. Muitos a quem eu pedi se escusaram. Mas consegui três cartas muito eloquentes, uma até agressiva e corajosa contra o governo, do Mário Gibson Barboza. Curiosamente, depois ele foi chanceler do presidente Médici. Outra do Maury Gurgel Valente e a terceira do professor Fábio Macedo Soares Guimarães, grande geógrafo, fundador da área de geografia do IBGE. Depois eu soube que esse inquérito tinha sido organizado pelo chanceler Vasco Leitão da Cunha, mas com a intenção de inocentar a maioria. Foi feito mais para dar uma satisfação aos militares.

No exterior, eu recebia amigos meus de Brasília, como o Almino Affonso, o Rubens Paiva, que morreria pouco depois. Fiquei um longo período no ostracismo, tanto que fui promovido de terceiro a segundo-secretário por antiguidade. E fui para Buenos Aires, depois para Quito, de onde voltei em 1970, quando o Gibson era ministro, e, provavelmente por causa desse episódio, ele não me chamou para o gabinete, mas me indicou para chefe da Divisão Cultural, posto sem projeção na carreira. Passei um período trabalhando com artes plásticas, música, o que foi muito bom, pois me possibilitou ter contato com questões da cultura afro-brasileira, que acabaram se transformando em algo importante em minha vida. Nós ficamos amigos do Pierre Verger, fui muitas vezes à África para preparar a visita do Gibson e depois implementar os acordos. Mas eram postos marginais dentro do Itamaraty, sem nenhuma importância. Depois fui conselheiro em Washington, trabalhei com Araújo Castro, que foi um grande chanceler, o último de Goulart.

ROSA. O senhor sentia no Itamaraty a pressão da ditadura? Havia delatores entre os diplomatas?

Sabíamos, quando passei por Buenos Aires, entre 1966 e 1969, que havia um elemento entre nós que era desse

grupo. No Itamaraty havia duas instituições ligadas à segurança. Uma existia em todos os ministérios, a DSI – Divisão de Segurança e Informações, uma célula do SNI. Essa não era a mais perigosa, era um pouco, digamos, o lado burocrático do policialismo. Havia outra, esta sim sinistra, que se chamava Adoc – Assessoria de Documentação, que na verdade era conhecida no Itamaraty como Dedoc. Essa era de delação, de espionagem, dessa turma que teria participado da Operação Condor, por exemplo. Não eram muito numerosos. Mas não eram pessoas de fora, e sim do próprio Itamaraty. Estavam presentes apenas em certos postos principais. De todos aqueles onde estive, o único em que havia uma pessoa desse grupo foi em Buenos Aires. Eu sabia quem era, todos sabiam, a pessoa tinha um cofre próprio – que não era o cofre da embaixada –, com um código próprio – que não era o código da embaixada. Não tínhamos a mais remota ideia do que fazia. Mantinha ligações diretas com os adidos militares, corriam rumores. Até hoje essa é uma página pouco esclarecida da história brasileira, porque essas pessoas provavelmente não devem ter deixado rastro. Não deve ter havido documentação. Há um romance do Edgar Telles Ribeiro sobre o assunto, *O punho e a renda*, mas que só arranha essa superfície. Nunca tive nenhuma ligação com isso.

Várias vezes intervim para ajudar pessoas com problemas, gente que tinha sido presa. Fiz um primeiro pedido ao Gibson, e quando fui fazer um segundo, no sentido de que levasse ao Médici queixas sobre tortura, ele me respondeu que o presidente o ameaçava numa das vezes em que levantara a questão, dizendo: “Admiti que o senhor uma vez viesse me falar disso. Proíbo-o de tocar no assunto de novo”. Ele me disse que se sentiu pessoalmente ameaçado. O ambiente era muito ruim. Nessa época procurei permanecer fora do Brasil o máximo possível. Em geral o diplomata tem dois postos fora, acabei tendo três seguidos.

RICARDO. O golpe militar vai atingi-lo com 27 anos de idade, muito no início de sua carreira diplomática. Além da passagem por Viena (1963-66), o senhor terá

oportunidade de trabalhar em Buenos Aires (1966-69), Quito (1969-71) e Washington (1974-77). De que maneira esse período no exterior vai beneficiá-lo quando de sua volta ao Brasil?

Como eu não tinha na época nenhuma oportunidade de um trabalho mais fundamental, procurei estudar. Quando estava em Buenos Aires, teve impacto muito positivo em mim uma visita do Helio Jaguaribe. Ele foi lá fazer uma conferência, eu não o conhecia, mas depois da conferência fui falar com ele e disse que gostaria de ter uma orientação para estudar ciência política. Ele me deu uma lista de livros, que mandei vir, eram quase todos americanos, e segui um programa de autodidata. Isso foi por volta de 1967. Foi nessa época que li muita coisa sobre desenvolvimento econômico, os livros do próprio Helio, os livros de Celso Furtado, foi um período muito fecundo.

RICARDO. É aí que o senhor entra em contato com as ideias do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)?

O Iseb eu já conhecia um pouco; sobre a Cepal, nessa época vou ler bastante. O panorama só começa a mudar mesmo no final dos anos 1970 e começo dos 1980, quando voltei de Washington e fui ser chefe da divisão da América meridional e me deram a incumbência de negociar o Tratado Amazônico. Era a época do Geisel presidente e do Antonio Azeredo da Silveira chanceler. Já havia abertura, embora muito relativa. Tanto assim que procurei incluir no tratado uma ideia de meio ambiente, mas foi difícil porque havia uma postura muito retrógrada em relação ao tema, ainda visto como uma conspiração dos ricos para impedir o desenvolvimento dos pobres. E os militares tinham a visão de que, como se dizia na época do Médici, “a pata do boi é que vai colonizar a Amazônia”. Era o *slogan* da época, e eu já era contra. Fui um ambientalista de primeira hora, fui contra a posição do Itamaraty na conferência de 1972, em Estocolmo.

Sempre discordei da posição oficial do Itamaraty, muito parecida com a atual, apesar das mudanças. E

isso é importante porque nessa época trabalhei com a Amazônia, como chefe do setor que tratava das relações de todos os países amazônicos, o que me valeu anos depois a nomeação como ministro da Amazônia, no governo Itamar Franco. Naquela época eu era o representante do Itamaraty no conselho da Sudam, ia às reuniões em Manaus. Só havia duas pessoas no conselho da Sudam que se opunham a medidas negativas sobre o meio ambiente: o brigadeiro Ottomar, que depois se tornou uma espécie de vice-rei de Roraima, e eu. Os outros todos eram daquela cartilha desenvolvimentista no pior sentido.

BIELSCHOWSKY. O senhor acompanhou politicamente as relações do Brasil com os Estados Unidos e a autonomia relativa que guiou o relacionamento entre os dois países. A história do Itamaraty pode ser contada por essa tensão permanente entre Brasília e Washington?

Em dois momentos houve uma revisão do rumo da política externa brasileira, passando daquilo que se chamava, digamos pejorativamente, alinhamento automático com os Estados Unidos a uma posição de mais autonomia. O primeiro foi com Jânio Quadros, que é o primeiro que se lança nesse processo – sendo continuado por San Tiago Dantas e por Araújo Castro, e tendo fim com o golpe militar. O segundo momento é quando Geisel toma posse, em 1974. Com Azeredo da Silveira como chanceler, muitas das teses da chamada política externa independente vão ser resgatadas, é claro que à luz dos acontecimentos da época. Por exemplo, é no período Geisel-Silveira que o Brasil busca se distanciar do colonialismo salazarista, ajudado, é claro, pela revolução em Portugal, mas o fato é que o Brasil será o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA [Movimento Popular pela Libertação de Angola] como governo legítimo de Angola. É também nessa época que se estabelece a relação diplomática com a China Popular, e ainda a aproximação com os países árabes. É quando o Brasil – embora depois tenha voltado atrás acertadamente – vota a Resolução Antissionista na ONU. Eu fui contra esse voto, já na época achei um equívoco o Brasil ter assimilado o sionismo e o racismo.

LUIZ BERNARDO PERICÁS. Nessa época havia no Itamaraty a famosa geração dos barbudinhos, não é?

Eles estavam no gabinete do Silveira, e depois ficaram com o Saraiva Guerreiro. Era composta pelo Ronaldo Sardenberg, por seu pai, Bernardo Pericás, pelo Celso Amorim, pelo Roberto Abdenur, pelo Gelson Fonseca, que não era barbudo... Tratava-se de um grupo intelectual que assessorava o ministro no gabinete. O principal assessor do Silveira em matéria política era o Geraldo Hollanda Cavalcanti, e abaixo vinha esse grupo mais jovem. Eu não pertencia ao grupo porque fiz toda a minha carreira em divisão. Isso hoje é coisa rara no Itamaraty, e dela muito me orgulho. Nunca passei por gabinete, nem de chefe de departamento, nem de secretário-geral, nem de ministro. Os gabinetes em geral facilitam mais a promoção, mas o pessoal da divisão é que faz o trabalho duro, carrega o andor. Por exemplo, numa visita de presidente, ou numa vinda de presidente ao Brasil, quem faz o trabalho pesado são as divisões, preparam os acordos a serem assinados, as minutas dos discursos. O pessoal do gabinete refina, dá os retoques.

Há uma história que não resisto a contar. Uma vez notei que uns oficiais que faziam parte do gabinete de José Sarney estavam muito aborrecidos com o general Leônidas, ministro do Exército, e perguntei por quê. Então me contaram: “O general resolveu redesenhar o uniforme, mandou adotarmos umas boinas, coisas assim, e nós é que temos de pagar, pois vai sair do nosso soldo”. Retruquei: “Mas o general Leônidas não é benquisto entre vocês?”. Eles responderam: “No exército há duas categorias de pessoas, como no desfile das escolas de samba: tem aqueles que empurram o carro alegórico, e aquelas mocinhas peladas que ficam lá no alto, dando beijinhos. O general Leônidas pertence ao grupo que fica no alto do carro alegórico, não sai do gabinete, e nós aqui, empurrando o carro”.

ROSA. Voltando a essa oscilação da política externa brasileira, entre mais ou menos autonomia, como o senhor vê a diplomacia brasileira hoje?

Penso que a linha da política externa brasileira a partir

do Silveira nunca mais sofreu um retrocesso, embora tenha havido momentos de maior ou menor intensidade do exercício dessa autonomia. Mas nas questões fundamentais, como, por exemplo, nas teses econômicas do Terceiro Mundo, na luta da Rodada Uruguai no Gatt, depois na OMC, em favor de uma revisão do sistema comercial mundial, na busca de uma revisão dos atuais organismos de Bretton Woods no sentido de maior poder para os países em desenvolvimento, o Brasil manteve a mesma posição de autonomia.

BIELSCHOWSKY. Isso, na verdade, debaixo de muita pressão do endividamento, quando nos anos 1980 se sofria com a absoluta dependência financeira, não é?

Você tocou num ponto fundamental, e posso contar um pouco o que vi. A crise da dívida explode mesmo em outubro de 1982. E vai durar todo o período final do presidente Figueiredo. Na época eu era chefe da divisão da América meridional II, e depois me tornei chefe do departamento das Américas, tendo sido promovido a embaixador em 1982, pelo Saraiva Guerreiro. Participei intensamente da preparação das visitas do Figueiredo ao exterior. Ele foi o primeiro presidente brasileiro que visitou a maioria dos países do norte da América Latina, quer dizer, Venezuela, Colômbia, Peru, cujos presidentes também vieram aqui. E como isso era da minha área de trabalho, eu tinha que preparar todos os documentos.

Faço aqui um parêntese e conto uma história que tem a ver com os barbudinhos. O Figueiredo gostava dos discursos que eu preparava porque eu colocava muita coisa típica do estilo militar. Quando via os discursos dos outros, dizia: “Não, não me traga essas coisas de Namíbia, de Zimbábue, isso é coisa de Itamaraty, toda vez que vejo Namíbia e Zimbábue, já sei que é pessoal do Itamaraty, eu nem sei o que é isso. Eu queria o discurso daquele rapaz que fala da Batalha de Boyacá, na Colômbia, da Batalha de Carabobo, na Venezuela”. Então eu encaixava todos aqueles brasileiros que tinham participado das lutas bolivarianas, e ele fazia o maior sucesso. A referência à batalha de Boyacá é por causa

da carta do general Abreu e Lima ao general Páez, que foi quem fez a independência, a separação da Venezuela. Abreu e Lima era de Pernambuco, asilou-se por ser maçom e foi oferecer seus serviços a Simón Bolívar, junto a quem acabou como general de brigada. O nome dele está no panteão dos generais bolivarianos. Não foi o único; há outro pernambucano que lutou com Bolívar: Natividade Saldanha, que morreu em Bogotá. E Abreu e Lima se gaba de ter sido o primeiro que atravessou, sob fogo inimigo, a ponte de Boyacá. Figueiredo leu isso em Bogotá, foi uma grande exaltação.

BIELSCHOWSKY. Voltando à dívida.

Eu estava na visita do Figueiredo ao presidente Reagan. O Delfim Neto também estava. O tema da dívida externa era muito presente. Não assisti pessoalmente, mas nesse momento eu já ocupava uma posição suficientemente alta na hierarquia do Itamaraty para saber das coisas que não eram publicadas. Soube, por exemplo, que na época do governo Figueiredo a pressão sobre o Brasil por causa da dívida externa foi tão grande que o país foi forçado a aderir ao Código de Subsídios, que era um código da Rodada Tóquio, a última rodada de negociações do Gatt feita pela chamada “abordagem de menu”. Por essa abordagem, você escolhe aquilo a que quer aderir, e pode não aderir a outros, tanto que há dois acordos da Rodada Tóquio aos quais o Brasil não aderiu até hoje: o acordo sobre aeronaves civis e o acordo sobre compras governamentais. Mas um dos acordos fundamentais da Rodada Tóquio era a proibição de qualquer subsídio à exportação de produtos industriais. E nossa política de comércio exterior na época era baseada nos subsídios. Delfim Neto usou extensamente os subsídios para transformar o Brasil num grande exportador de produtos manufaturados. É interessante porque hoje em dia esse tema volta a ter atualidade. O Delfim, que sempre foi favorável a uma política de apoio à indústria nacional e ao encorajamento, mesmo financeiro, à indústria nacional, resistiu muito, até que não foi mais possível. Na verdade, houve um momento em que a situação era

tão crítica que o gerente do Banco do Brasil em Nova York só podia fechar a posição do fim do dia se o ministro da Fazenda telefonasse ao secretário do Tesouro americano e se ele cobrisse nosso descoberto. Estávamos numa situação aflitiva, tínhamos uma posição em que o Brasil, para não entrar em colapso, precisava diariamente ser socorrido pelo Departamento do Tesouro americano. E este, evidentemente, cobrou um preço, que foi a adesão do Brasil ao Código de Subsídios. Essa é uma história que nunca foi bem contada no Brasil. A pressão por causa da dívida foi constante e levou a cobranças várias. Em muitas o Brasil cedeu, em outras não. Por exemplo, na Lei de Informática o Brasil não cedeu, mas então eles abriram uma investigação para aplicar sanções. O Sarney teve um choque no dia 7 de setembro de 1985, quando os americanos anunciaram que tinham aberto uma investigação para aplicar sanções por causa da Lei de Informática. Mas antes disso há um episódio que eu conto em meu livro *Diário de bordo*, a viagem presidencial de Tancredo, que gostaria de destacar porque acho que não foi suficientemente valorizado, e é sobre a dívida externa.

RICARDO. O senhor era assessor internacional do presidente eleito Tancredo Neves, em 1984.

Exato. Em 1984, quando o Tancredo foi candidato a presidente, fui convidado pelo Francisco Dornelles, sobrinho dele, a me tornar um dos assessores. Eu conhecia o Dornelles da época em que o Tancredo era primeiro-ministro e ele era o chefe de gabinete. Um dia ele me telefonou fazendo o convite em nome do Tancredo. Eu, como funcionário disciplinado do Itamaraty, falei com o Guerreiro, que era o ministro e tinha me nomeado chefe de departamento. O Guerreiro era concunhado do Octávio Medeiros, então diretor do SNI. Ele me disse: “Se quiser, aceite, por sua conta e risco, mas faça isso nas horas vagas”. Aceitei, escrevi alguns papéis. Lembro que Tancredo estava muito interessado nas relações com os Estados Unidos. Ao ser eleito pelo Congresso, em janeiro de 1985, fui convidado para um almoço na casa do Dornelles em que se ia organizar

a viagem dele ao exterior. Do Itamaraty, a pessoa mais credenciada era o Paulo Tarso Flecha de Lima, que nessa visita fez um pouco o papel do ministro do Exterior. Ele e a mulher acompanhavam o casal Tancredo e dona Risoleta. Eu fazia mais a assessoria de política externa propriamente dita, e o Álvaro Alencar fazia a assessoria econômica. Essa nossa viagem foi bastante bem até Washington, aonde chegamos em 1º de fevereiro de 1985. E nessa noite Tancredo recebeu o choque da viagem: o secretário de Estado, que era o George Shultz, homem poderoso que foi também secretário do Tesouro, grande empresário, grande banqueiro, professor da Universidade de Stanford, pediu para ver Tancredo no hotel, fora da reunião que íamos ter com todos os ministros americanos do governo Reagan. Ele foi ao Hotel Madison. Conto isso circunstanciadamente porque fui o *note taker* da entrevista. Éramos poucos. Do lado deles, Shultz, Anthony Motley, que tinha sido embaixador no Brasil e era secretário de Assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado, e Diego Ascencio, embaixador dos Estados Unidos no Brasil. E, do nosso lado, Tancredo, Paulo Tarso, eu, não sei se mais alguém. Tenho o relato *ipsis verbis* da conversa, que Tancredo me pediu depois para ditar a uma secretária. Foi tirada uma cópia, levada ao Dornelles por um emissário. Eu fiquei com uma cópia, que publiquei nessa edição do meu diário.

O essencial da conversa foi o seguinte: Tancredo queria tomar posse com todos os acordos da dívida externa assinados pelo governo anterior, queria poder dizer ao PMDB: “Vou cumprir os acordos que o governo Figueiredo assinou”. E para isso precisava de três acordos: com o Clube de Paris, que era o menos importante; com o FMI; com os bancos comerciais. Dos três, o mais difícil era evidentemente o acordo com os bancos comerciais, mas já se dispunha da condição *sine qua non*, que era o acordo com o FMI. Não tínhamos um acordo pleno, *stand by*, tínhamos um acordo por troca de cartas, mas várias cartas o Delfim não cumprira, chegando mesmo a dizer que assinaria quantas fossem necessárias. Acho que estávamos na sexta ou sétima.

De qualquer forma, as cartas é que davam esperança de que antes da posse ainda se concluísse a negociação com o Clube de Paris e talvez com os bancos comerciais. Ora, George Shultz chega ao hotel e começa a conversa dizendo: “Lamentei muito que o senhor não pudesse conversar com De Larosière”. De Larosière era o diretor do FMI, e Tancredo tinha cronometrado a viagem a Washington para não coincidir com a presença dele na cidade, o que não escapou à atenção dos americanos. E Shultz continua: “É de fato uma pena, mas vim aqui como portador de uma mensagem dele”. Imagine se ele ia ser o portador da mensagem! “Sei que o senhor desejaria tomar posse com todos os acordos assinados, mas não vai ser possível, o FMI vai apitar [*blow the whistle*] porque o governo brasileiro não está cumprindo as metas, a inflação já está em 200%, as emissões já extrapolaram os limites, então não vai ser possível, não vai haver acordo”. O Tancredo levou um choque, foi a primeira vez, a única vez que o vi desestabilizado. Ele fez um apelo ao Shultz para tentar evitar isso, e o outro respondeu: “O senhor tem toda a minha simpatia, mas aqui sou apenas um mensageiro”. Claro que não era. Naquela época quem ditava a política do Departamento de Estado para a América Latina era o Tesouro, e o Tesouro era, como sempre foi, a vanguarda de Wall Street e dos bancos comerciais, que queriam conseguir os pagamentos. O cálculo deles foi que Tancredo, espertamente, queria herdar acordos do governo Figueiredo, que, por estar no fim, não tinha interesse em conceder aos banqueiros o que eles queriam. Então armaram tudo aquilo, calculando que Tancredo, no início do governo, dependeria mais deles e seria obrigado a conceder condições muito mais duras. Tancredo, porém, disse que a situação era muito grave, e até evocou a possibilidade de suspender os pagamentos. E resolveu mandar essa informação ao Dornelles, que já tinha sido escolhido para ser o ministro da Fazenda (o verdadeiro ministro da Fazenda seria obviamente o próprio Tancredo), para que ele viajasse à França e conversasse com o De Larosière. Não sei se ele foi. O fato é que, quando Tancredo morreu,

o que ele previra nessa conversa aconteceu, porque o problema da dívida foi um tremendo peso sobre o governo Sarney. E na época havia um emissário do FMI, um emissário direto do Paul Volker. Uma figura curiosa, Mister Yeo, muito secreto, ninguém sabe direito quem era, mas vinha de vez em quando ao Brasil, não aparecia no jornal, conversava com o presidente, com o ministro da Fazenda, era o homem que normalmente trazia os recados importantes. E esse homem é que sempre trazia as mensagens negativas, dizia que a coisa estava complicada etc.

ROSA. Isso quando Dornelles era o ministro, nos meses da doença de Tancredo?

É, logo no início, mas quando se tornou ministro o Dilson Funaro, esse Yeo continuou aparecendo. Sarney sempre esperou – aliás, é um ponto do governo dele que ainda precisa ser escrito – dos americanos uma ajuda e uma compreensão que nunca obteve. Achava que, como estava garantindo a transição, evitando uma radicalização, seria do interesse do governo americano apoiar o Brasil no caso da dívida e em assuntos comerciais. E cada vez que havia uma demonstração palpável de que isso não ocorria, ele recebia como um golpe pessoal. Conte a vocês o caso do dia 7 de setembro de 1985.

RICARDO. É bom registrar, especialmente para os leitores desta entrevista, que o senhor tem um excelente site na internet, em que reúne conferências, artigos em jornais, textos na Unctad, entrevistas e livros publicados (<http://www.rubensricupero.com>). A leitura desse material permite perceber, entre outros aspectos de sua trajetória como homem público, que existem dois momentos em que o senhor teve uma participação mais direta na economia do país: no início da Nova República e, mais adiante, na implantação do Plano Real. Como foi sua atuação no governo Sarney em relação à política econômica, à questão da moratória?

Eu era assessor especial do presidente Sarney – assessor especial era um cargo único, eu era o segundo na hierarquia, depois do chefe da Casa Civil. E tinha muito

acesso ao Sarney. Minhas funções não eram de forma alguma restritas nem dominadas pela política externa; eu era ouvido em questões de política interna, de política econômica. Minha participação na política econômica foi gradual. Não tive nenhuma participação, por exemplo, no Plano Cruzado. Quando o plano fracassou e as coisas começaram a desandar, coincide com o momento em que passei a ter mais influência em matéria de informação econômica. E tive mesmo uma participação fatídica na moratória, porque fui eu que dei ao Sarney, involuntariamente, a informação que a determinou. Foi o seguinte. O assessor econômico da Presidência era o Luiz Paulo Rosenberg, que fora levado para lá por um empresário amigo do Sarney, da área eletrônica. Mas depois ele se desiludiu e voltou para São Paulo. No lugar dele ficou o Michal Gartenkraut, que era muito jovem e não tinha hierarquia para chegar ao Sarney. Ele passou a me procurar porque sabia que eu podia levar as informações ao presidente. De fato, eu as levava, diariamente. E em determinada ocasião ele me informou que as reservas brasileiras tinham caído abaixo de 3,5 bilhões de dólares. Eu não sabia que aquilo tinha um significado maior. Fui contar ao Sarney, ele levou um susto e disse: “Não pode ser, você está enganado”. Respondi: “Não, veja, ele me deu até o número exato, tenho aqui”. E ele disse uma frase que nunca mais esqueci: “Então estão me enganando”. Na hora, não percebi o que era. Depois é que soube que ele tinha uma combinação com o Dilson Funaro para que, se as reservas brasileiras caíssem abaixo de 5 bilhões, primeiro, e depois abaixo de 3,5 bilhões, ele decretaria a suspensão dos pagamentos. Eu não sabia disso. Era 1986. E então ele resolveu decretar a moratória.

ROSA. O Dilson Funaro o teria enganado?

Não, deve haver uma explicação qualquer para isso, que nunca consegui saber. Imagino que o Dilson devia achar que era uma coisa daquele dia. Eu não queria criar nenhum problema. Tanto assim que quando ele me disse que ia decretar a moratória, fiquei assustado. Sugerí que o melhor seria chamar o Marcílio Marques Moreira, que tinha sido nomeado embaixador em Washington. Ele me

autorizou, eu telefonei, Marcílio veio em voo secreto, havia um jatinho a sua espera no aeroporto do Galeão para levá-lo a Brasília. O episódio é dramático, porque Sarney mandou chamar o Roberto Marinho para avisá-lo antes. Fiquei fazendo sala para o Roberto Marinho, enquanto ele estava recebendo alguém. E Roberto Marinho disse: “Tenho oitenta e poucos anos, sou dono de 35 empresas, nenhuma delas no vermelho. É a primeira vez na vida que passo a ter medo pelo meu patrimônio”. E vi o que era a opinião do pessoal lá de cima... Ele estava com medo, sabia o que Sarney ia lhe contar. Obviamente ele não estava de acordo, não é? Tenho um diário daqueles dias que nunca publiquei. Vai ficar para depois, quando não estivermos mais em vida, mas aí conto inclusive a reunião do conselho de segurança que Sarney convocou. Enfim, foram momentos dramáticos.

RICARDO. Depois desse tempo em Brasília o senhor vai para Genebra.

Sim, quando saí a situação já estava ficando parecida com a de setembro de 1963. Era setembro de 1987, e senti que começávamos a descer a colina. Não havia mais nada de útil a fazer. Já havia quase dez anos que eu estava no Brasil. Mas a razão fundamental é que senti que ia ser uma longa agonia. Houve um episódio significativo. Carlos Castelo Branco, o cronista político, me pediu para transmitir uma mensagem ao Sarney, dizendo: “Quando a Constituição for aprovada, você deve dizer que sua tarefa está cumprida e que vai embora, para haver eleições, porque do contrário, daqui para a frente...”. Dei essa mensagem a ele, que obviamente nunca a aceitou. Conto isso apenas para mostrar que era mais ou menos a conclusão a que eu havia chegado.

RICARDO. Depois desse novo período no exterior, o senhor retorna e vai ser ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-94) e ministro da Fazenda (1994), em ambos os casos durante o governo Itamar Franco. Como ministro da Fazenda, acompanhará de perto a implantação do plano de estabilização monetária, o Plano Real.

Antes de mais nada, é preciso contar uma coisa que pouca gente sabe: fui a primeira opção do Itamar para ser ministro da Fazenda, logo no início do governo. Assim que o Collor saiu, eu estava como embaixador em Washington e recebo de manhã um telefonema do Fernando Henrique Cardoso, que era ministro das Relações Exteriores, me convidando em nome do Itamar para ser ministro da Fazenda. Eu brinquei com o Fernando Henrique dizendo que ele devia estar me confundindo com o Marcílio Marques Moreira, que era banqueiro, tinha trabalhado com o Moreira Salles e saído de Washington para ser ministro da Fazenda do Collor. Eu não era nada disso. Passou-se uma hora e pouco, e o próprio Itamar me telefona. Respondi a mesma coisa. E nos minutos seguintes muitos outros me telefonaram, como o Pedro Simon, o Luiz Antonio Fleury, governador de São Paulo, e até o Sarney, dizendo que a ideia tinha sido dele, o que é bem possível, pois eu não conhecia o Itamar. Eu me lembro até de que fui à igreja para pedir a Deus uma inspiração. Mas as horas se passaram, viram que eu não queria mesmo, e escolheram o Gustavo Krause.

Um episódio curioso é que nesse dia a Shirley MacLaine estava hospedada na embaixada, com a Ruth Escobar, sua amiga, de quem eu era amigo desde a juventude. Shirley MacLaine estava em Washington para um concerto de inauguração de um teatro que tinha sido um velho cinema. Era um *show* dela com Frank Sinatra, e nesse dia, em que me chamavam ao telefone a toda hora, eu era o anfitrião do almoço mensal dos embaixadores latino-americanos, então todo mundo via que estava acontecendo alguma coisa, porque eu me levantava sem parar. A certa altura passa a Shirley MacLaine, e foi um sucesso! Eu disse: “Logo mais vou ver o Frank Sinatra”. E de fato ele nos convidou para jantar, depois do *show*, rodeado de todos aqueles capangas, com a grande preocupação de descobrir um bar que ficasse aberto a noite inteira. Quando eu ia entrar no restaurante, chegando de carro, me chamou pelo telefone o Elio Gaspari. E enquanto eu conversava com ele a Marisa entrou e o Frank Sinatra perguntou a ela o que queria beber. Ora, aquele pessoal é dos *hard liquors*, do gim, da vodca, do bourbon.

E a Marisa disse “champanhe”. E ele, na mesma hora: “*Waiter, bring the best champagne*” – uma cena típica de um filme de Frank Sinatra.

Algum tempo depois, começaram a sair umas pequenas notícias dizendo que eu ia deixar Washington, e vi que alguma coisa estava se preparando. Um dia recebo um telefonema, depois daquele massacre dos ianomâmis que houve na fronteira do Brasil com a Venezuela. Celso Amorim, que era ministro do Exterior, me telefona dizendo que o Itamar queria que eu me tornasse ministro da Amazônia. Iam criar um ministério, porque a primeira ideia que se tem no Brasil, diante de um grande problema, é criar um ministério. Vim ao Brasil e descobri que não tinha sala, nem secretariado, nem nada. O Ministério da Amazônia era eu, mas havia alguma coisa se preparando. Fernando Henrique já era o quarto ministro da Fazenda do Itamar Franco. Falou-se muito que Itamar estava me trazendo como regra-três, para eventualmente substituí-lo. A mim nunca me disseram nada, mas havia alguns indícios, porque, por exemplo, Itamar me deu o gabinete dele na vice-presidência, que nunca tinha dado a ninguém, embora vários o quisessem. Tornei-me então ministro da Amazônia. O ministro do Meio Ambiente, que era o primeiro com esse título, chamava-se Coutinho Jorge, senador do Pará ligado a Jader Barbalho. Mas como Barbalho rompeu com Itamar, o ministro saiu, e juntaram o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Amazônia, o que me deu uma base para trabalhar. Foi na minha gestão que se aprovou a lei constitutiva do ministério no Congresso. Pus-me a trabalhar ativamente.

ROSA. O que era o Ministério da Amazônia?

O ministério era uma tentativa de coordenação das atividades federais na Amazônia. Queríamos ter um plano diretor para a Amazônia que estabelecesse um zoneamento e desse racionalidade à política amazônica do Brasil, o que nunca tinha havido. Nossa área de ação incluía o desenvolvimento, o meio ambiente, inclusive indiretamente a proteção das terras indígenas. A Funai não era da minha jurisdição, mas uma vez fui convocado pela

bancada amazônica no Congresso e me perguntaram se eu não achava que havia muita terra para pouco índio; eu disse a eles que esse critério de estabelecer um critério de limite quantitativo de terra que uma pessoa poderia possuir me parecia uma boa ideia, desde que fosse para todos. E perguntei: “Os senhores aceitariam também?”. Eles não gostaram muito, é claro. Por que só o índio precisaria de um teto de terra?

RICARDO. Chegamos ao Ministério da Fazenda.

Os rumores de que eu ia para a Fazenda eram muito fortes. Poucos dias antes estava em Nova York, para uma reunião de meio ambiente, e no avião de volta viajei ao lado do Fernando Henrique e dona Ruth. Naquele dia tinha saído no *Jornal do Brasil* um editorial, além de um artigo do Dario de Almeida Magalhães, fazendo um apelo ao Fernando Henrique para não deixar o Ministério da Fazenda, a fim de segurar o Plano Real. Um pouco antes, em meados de fevereiro de 1994, tinha sido anunciada a URV [unidade real de valor]. Já estávamos no final de março. Lembro que até comentei o artigo com eles. Ele estava hesitante sobre largar o ministério e candidatar-se à Presidência da República. Acho que dona Ruth não era muito favorável. Na época as pesquisas de opinião davam ao Lula 41%, uma enormidade. Dias depois, fui a uma reunião no Jardim Botânico, e a Miriam Leitão, curiosamente, me disse que eu ia ser ministro da Fazenda. Eu nunca tinha ouvido nada. Passaram-se mais uns dois dias e, coisa estranha, fui convidado pelo Itamar a subir ao gabinete dele porque haveria um concerto de um coral da UnB que ia partir em turnê para os Estados Unidos. Ele me convidava para acompanhá-lo. Achei curioso, porque nunca tinha sido convidado para nada. Fui e, naquela linguagem burocrática de símbolos, vim descendo a rampa com ele, diante de toda aquela burocracia formada, a nomenclatura brasileira: era um símbolo de que eu era o ministro consagrado. Ali, ao lado do presidente, assisti ao concerto, sem escutar nada, preocupado, porque ele não tinha dito nem uma palavra. Quando terminou, fui para o gabinete dele, que tinha uma espécie de corredorzinho, um quarto com uma cama em que ele descansa-

va às vezes, uma mesinha com uma imagem de santa Teresinha. E lá ele me disse que Fernando Henrique ia sair. Acho que era dia 30, bem no limite da desincompatibilização para as próximas eleições. E essa história vale a pena ser contada porque vocês verão que ela terá muitas implicações. Ele me fez o convite para assumir a Fazenda. Eu respondi: “O senhor se lembra do que eu lhe disse meses atrás?”. E ele: “Mas o senhor estava longe do Brasil, e agora está aqui”. E eu: “Isso é verdade, mas não sou desse setor, mal conheço esse plano, só sei o que todo mundo sabe, o que li nos jornais. Acho que o senhor deveria escolher alguém como o Edmar Bacha ou o Pedro Malan, que têm mais antiguidade no grupo”. Aí ele me deu uma resposta que consegui decifrar – o Tancredo dizia que eu era o mais mineiro dos paulistas... Disse ele: “Nós examinamos todas as opções, e o senhor é a única alternativa”. Entendi que ele não queria ninguém da equipe do Fernando Henrique. Então perguntei quais seriam as instruções a seguir. Itamar podia não conhecer economia em termos teóricos, mas tinha intuição. Foi ele quem teve a intuição de que um plano era possível, ele e ninguém mais, porque no Brasil todos achavam que ia fracassar, todos os jornais. Hoje ninguém diz isso, mas, se vocês tiverem a pachorra de ver os editoriais da época, todo mundo dizia, sem exceção, que o plano estava fadado ao fracasso: final de governo, sem maioria, situação orçamentária precária. Ninguém acreditava, só ele. E para vocês verem como ele tinha intuição, as instruções que recebi foram: “Quero que o senhor aplique o plano com essa equipe que está aí”. E respondi que isso era ótimo, porque eram instruções muito claras, já que se tratava de aplicar um plano com uma equipe formada na maioria por pessoas de minhas relações. Na época lá estavam o Edmar Bacha, que era o de mais autoridade no grupo; o segundo era o Pedro Malan, que era presidente do Banco Central; o André Lara Resende, que deixara a equipe antes da minha chegada; o Persio Arida. Os dois idealizadores do plano teriam sido o André Lara e o Persio Arida. O Gustavo Franco teria dado uma contribuição importante. Estava também o Winston Fritsch.

Saí do palácio e levei o Fernando Henrique de car-

ro até o apartamento dele. Nunca esqueci duas coisas que ele me disse. Primeiro, perguntei se recomendava alguém da equipe particularmente, então ele falou maravilhas do Gustavo Franco. E quando viu que tinha falado muito só do Gustavo Franco, disse: “Ah, todos os outros são maravilhosos, mas o Gustavo Franco eu não conhecia antes, conheci agora”. Depois é que percebi que o Gustavo Franco era muito afirmativo. Ele se distinguia da maioria dos economistas num aspecto mencionado em história atribuída ao presidente Truman. De acordo com essa história, sempre que o presidente pedia conselhos aos economistas e estes sugeriam determinada linha de ação, Truman concordava e dizia: “Ah, então vamos seguir por esse caminho”; aí eles respondiam: “*Oh, Mister President, on the other hand...*”, ou seja, se for por aí pode dar tal e tal problema. Truman perdeu a paciência, e um dia exclamou que desejava como assessor um economista que tivesse uma só mão...

BIELSCHOWSKY. Quero perguntar uma coisa: quando, ainda no exterior, o senhor ficou sabendo do Plano Real aqui no Brasil, teve a sensação de que ia dar certo?

Ainda no carro com Fernando Henrique, além de ter falado sobre o Gustavo Franco, que era bem afirmativo e tinha muita autoconfiança, perguntei qual era a estratégia para aprovar a medida provisória no Congresso. Porque a medida provisória da URV tinha sido expedida uma primeira vez e ia ser renovada por não ter sido ainda aprovada. Ele disse uma coisa curiosa: “Não, não é para aprovar, porque se tentar aprovar o pessoal vai desfigurar tudo; vão pôr uma porção de emendas, vai ter custos, isso é para ir empurrando, todo mês”. E eu disse: “Mas não é possível, porque vai chegar o momento em que vamos ter de lançar a moeda”. E ele: “Faz-se outra medida provisória”. E eu: “Mas não, moeda é algo estável, não pode ser por medida provisória”. Não aceitei o conselho, aprovei tanto a primeira quanto a segunda medida, a definitiva, referente já ao real. Fiz uma primeira reunião com a equipe, imaginando que o plano estava inteiramente definido, e perguntei qual era o dia D, o dia da introdução da moeda. Descobri que não havia, e

que alguns queriam esperar um ano, lançar só depois da eleição – ainda estávamos em começo de abril! Perguntei qual era o prazo mínimo necessário para preparar a moeda, até em termos físicos, na Casa da Moeda. Eram três meses. Então levei a proposta ao Itamar, que bateu o martelo em três meses. Dei contribuição importante para essa questão da data. O José Serra me contou que quando o Fernando Henrique soube que eu tinha marcado a data é que se manteve candidato, porque estava quase disposto a renunciar, já que no começo achava que a candidatura dele não ia decolar. Não sei se isso é verdade, nunca perguntei a ele, nem me interessa, nem foi com essa intenção que fixei a data.

Meu papel principal nesse período foi fazer a ligação entre o presidente e a equipe, o que não era coisa fácil. Não era fácil pelo seguinte: o presidente queria acabar com a inflação, mas tinha instintos populistas, queria dar aumento aos funcionários civis, aos funcionários militares, queria um salário mínimo que chegasse a pelo menos cem dólares, e naquele momento a situação fiscal era precaríssima. A inflação estava em 50% a 55% ao mês. Não era tão alta como no fim do governo Sarney, quando chegou a mais de 80%, mas tinha se acelerado muito com a URV, cujo princípio era permitir que se ajustassem todos os preços para que, na hora em que entrasse a nova moeda, estivessem alinhados, sem setores defasados. E havia certas diferenças capitais em relação ao Plano Cruzado, como a ideia de que não teríamos congelamento de preço, nem nenhuma surpresa, e de que tudo seria anunciado com muita antecedência. Mas era difícil porque o presidente tinha uma posição e a equipe estava hipersensibilizada, já que com a saída do Fernando Henrique eles se sentiram um pouco órfãos, temiam que eu não assumisse a defesa do grupo. Meu papel foi, sobretudo, político. Nunca pretendi ter tido um papel quanto à formulação do desenho do plano, que já estava mais ou menos delineado. Fiz a mediação com o presidente e com o Congresso, que eles não tinham, e no Congresso tive a contribuição preciosa de Edmar Bacha.

E foi difícil também porque houve momentos em que a pressão era muito forte. Itamar tinha um costu-

me exasperador, quando teimava com alguma coisa. No caso, foram o salário mínimo de cem dólares e o aumento dos militares e civis. Ele fazia uma reunião com todos os ministros interessados, só eu contra, e eu tinha de enfrentar seis ou sete ou cinco ministros durante horas, e aquilo não terminava, porque eu rebatia, e então recommençava tudo. Eu me lembro de que criei até um incidente com um almirante, ministro-chefe do estado-maior das forças armadas, que a certa altura disse ao Itamar que, se houvesse uma perturbação da ordem pública no Brasil, por causa do PT, os militares que não tinham sido atendidos em suas reivindicações cruzariam os braços. E Itamar, na reunião, levantou esse argumento. Eu disse: “Almirante, sou, como o senhor, um servidor público, e pertenço a uma corporação hierarquizada. Admira-me

Departamento do Tesouro acreditavam no plano. Com o Fundo Monetário nós não tínhamos acordo *stand by*, então eles não tinham nenhum direito de ditar nossa política, estávamos naquele processo de consultas, de vez em quando vinha uma missão. Sempre me recusei a ir a Washington, ao contrário de todos os meus predecessores. Mas eles vinham ao Brasil, e nós simulávamos, de um lado e de outro, que estávamos continuando a negociação; este é um grande mérito do Pedro Malan, o negociador da dívida externa. E uma coisa que muita gente hoje esqueceu é que, com relação à dívida dos bancos comerciais, toda a negociação se baseou em trocar os títulos antigos por novos. Lembra-se do que era o Plano Brady? Era reduzir, conseguir um *haircut* de pouco mais de um terço no valor da dívida. Para isso era preciso

Para se organizar melhor os sistemas financeiro e monetário, o que falta não são ideias, o que falta é o interesse e a capacidade política e o desejo de fazer as reformas. Estamos num processo de transição e mudança, numa fase de muita incerteza.

que alguém que tenha feito um juramento de lealdade ao governo possa subordiná-la a um aumento de salário”. Criou-se uma tensão. No final da reunião, invariavelmente eu lembrava ao presidente que ele me dera instruções para aplicar o plano com a equipe que ali estava, e que se eu fizesse o que ele pedia não teria nem mais plano nem equipe, pois todos iriam embora. Ele ficava zangado comigo. Duas vezes chegou a me mandar demitir o Murilo Portugal, diretor do Tesouro, e eu recusei, disse que era um erro, porque o Murilo é que segurava os gastos, ficava na boca do cofre.

Naquele ano se conseguiu, com um esforço gigantesco, que o Brasil tivesse um equilíbrio primário, isto é, teoricamente nossas despesas e receitas estavam equiparadas, sem contar os pagamentos de juros, que eram altíssimos. E outro aspecto que nunca se conta, mas que é importante contar agora, é que na verdade só conseguimos lançar a moeda porque não tínhamos acordo com o Fundo Monetário, pois nem o FMI nem o

trocar antigos títulos, que perdiam a validade, por títulos novos, mas seria preciso dar uma garantia para os títulos novos, e esta eram as letras do Tesouro americano. Ora, para comprar as letras do Tesouro havia disponível uma linha de crédito do governo japonês, à qual só se teria acesso mediante um acordo *stand by* com o FMI, o que não tínhamos. Então o Pedro, que é a prudência encarnada, foi quietinho comprando letras do Tesouro. Os americanos perceberam, acho que umas duas vezes, mas conseguimos. Esse é um episódio curioso, que ele mesmo não gosta de contar, mas fomos acumulando o dinheiro, as letras necessárias, e quando chegamos a determinado patamar dissemos aos bancos comerciais que tínhamos as garantias, era pegar ou largar, já que não íamos ter o acordo com o Fundo. Eles aceitaram. O Brasil foi o único caso de país que celebrou um acordo com os bancos sem um acordo *stand by* com o Fundo. Se esse acordo existisse, teria impedido o lançamento do real, já que o FMI achava que o Brasil devia ter um su-

perávit primário de 3% do PIB, o que era uma rematada loucura, mais ainda em ano eleitoral. Recebi aqui em São Paulo o Larry Summers, que disse na minha cara: “Nós do Tesouro entendemos o que vocês estão fazendo, até simpatizamos, mas não vai dar certo, porque vocês não têm situação fiscal”. Respondi que ele estava redondamente enganado, porque aqui tínhamos primeiro que criar as condições de apoio político para depois ter as metas fiscais. O fato é que o real foi lançado sem o apoio do governo americano, sem o apoio do FMI.

LUIZ. Mas com toda essa pressão dos outros ministros, e tendo de enfrentar o próprio presidente da República...

Além desse papel de proteger a equipe dos problemas criados pelo Itamar, tive também o papel de comunicador. Logo que entrei, pedi ao Gelson Fonseca e ao Marcos Galvão, do Itamaraty, para irem conversar com o Marcos Coimbra, do Vox Populi, para ver o que achavam de nossa empreitada. A resposta é que todos consideravam o Plano Real bem-feito, mas ninguém entendia direito o que era a URV, nem se ia ou não continuar. O plano precisava ter a cara de alguém. O ideal seria a do presidente da República, alguém que explicasse as coisas para que as pessoas entendessem o que estava acontecendo. Fui ao Itamar, mas ele respondeu: “Não posso, tem de ser o senhor”. E acho que tinha razão, pelo seguinte: aquilo era arriscado. Se desse errado, um ministro você queima – eu era o quinto – mas um presidente não. Aí houve um episódio curioso, que mostra como o Brasil mudou, para pior. A primeira ideia que tivemos foi fazer uma dessas campanhas com agências publicitárias, que preparassem uns filmezinhos mostrando como era, explicando como seriam as notas, de que cor, qual seria a taxa de conversão, quanto tempo ia durar, esses aspectos factuais. Mas surgiu o primeiro obstáculo: o Ministério da Fazenda não tinha nenhuma rubrica para pagar a campanha. Então, procurou-se, procurou-se, e encontrou-se no Banco Central o Funcheque, um fundo formado pelo dinheiro das multas dos cheques sem provisão. Havia nesse fundo um regulamento dizendo que podia ser usado em campanhas em favor da estabilidade monetária. Já

estava resolvido um problema. Mas batemos em outro, a lei de licitação, que exigia prazos incompatíveis com a proximidade do lançamento do real. Pensou-se em tudo, até numa medida provisória suspendendo o prazo da lei de licitação. O Itamar vetou tudo, era de uma integridade absoluta. Quando se vê hoje o esbanjamento de dinheiro público para propaganda em todos os níveis, estaduais, municipais, federais, até de tribunais, e naquele tempo não tínhamos dinheiro para gastar nem na publicidade da nova moeda!

Então acabei virando uma presença ativa na televisão, não por escolha, mas por falta de dinheiro. Era tudo meio artesanal, feito pela empresa que se ocupava disso no governo. Fizemos um trabalho cuidadosíssimo, mediante consulta prévia aos membros da equipe: qual era o problema no momento? A tendência era de aquecimento do consumo? Ou o problema era o aumento de certos preços? Aí pedíamos que o pessoal preparasse um primeiro texto, que era corrigido tantas vezes quanto fosse necessário, depois eu acordava de madrugada e o reescrevia. Eram textos, por exemplo, que diziam: “Coma carne suína, mais barata que carne bovina”, e eu reescrevia: “Coma carne de porco em vez de carne de boi”. Ia ao mercado de abastecimento, perguntava quanto estava o quilo do tomate, o sujeito dizia, e eu retrucava que na semana anterior era menos, como era possível?, e ele punha a culpa na geadada, e eu sugeria comprar outros produtos. Foi um esforço de conversar com as pessoas, de dar informação e respeitar a inteligência do povo, mostrando que qualquer pessoa pode entender de economia, desde que se fale uma linguagem clara, objetiva, sem mistificação. Isso funcionou muito, ajudou imensamente no apoio que as pessoas deram. E me orgulho desse trabalho em que me empenhei pessoalmente.

Então veio mais uma peripécia: quase me demito na véspera do lançamento da nova moeda. O real entraria em vigor à meia-noite de uma sexta-feira, dia 1º de julho de 1994, ia ser declarado feriado bancário. Na quinta-feira estávamos preparando a medida provisória, fundamental para a entrada em vigor da nova moeda. Eu estava muito apreensivo, porque nessa hora é que

sempre aparecem umas intervenções, uns interesses que a gente não sabe de onde vêm. Fiquei o dia inteiro esperando ser chamado pelo Itamar, e ele não me chamava. A certa altura, meio da tarde, me telefonam dizendo que o ministro da Justiça, aquele que tinha um nome francês [Alexandre Dupeyrat], vinha me trazer umas modificações que o presidente queria que fossem incluídas. Fiquei de pé atrás. Chamei alguns membros da equipe, e ficamos sentados num sofá do meu gabinete. Ele adotou um ar cominatório, como um fiscal repreendendo crianças malcriadas. Disse que o presidente queria saber em 24 horas por que havia uma medida de favorecimento aos bancos, porque havia isso e aquilo, e que era preciso incluir tal e tal coisa. Então me levantei, fui até minha mesa e pedi uma ligação para a Ruth Hargreaves, encarregada da agenda do presidente. Quando ela atendeu, na frente de todos que lá estavam, eu disse: “Peço que diga ao presidente que preciso falar com ele ainda hoje, estou aqui com o ministro tal, mas é importante que ele me receba no prazo de duas ou três horas, do contrário alguma coisa muito grave vai acontecer. Diga a ele exatamente isso”. Quando desliguei, o ministro se levantou e disse: “Estou vendo que não sou bem-vindo aqui”. Eu respondi: “O senhor sempre será bem-vindo quando vier trazer alguma coisa de sua área jurídica e constitucional. Estou pedindo para ver o presidente porque vou perguntar a ele quem é o ministro da Fazenda, o senhor ou eu. Se disser que é o senhor, entregarei a pasta. Então o senhor fará a medida que quiser, e eu vou para casa, pois não preciso disto aqui”. Quando fui ver o Itamar, já estava tudo resolvido.

RICARDO. Vamos falar um pouco da sua experiência como secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), com sede em Genebra, por dois mandatos consecutivos (1995-99 e 1999-04). Além de falar das atividades desenvolvidas nessa instituição, seria importante uma reflexão sua sobre a crise nos países capitalistas centrais a partir de 2008 e sobre a nova ordem mundial que vai se desenhando.

Fazia poucos meses que eu estava como embaixador em Roma quando o Boutros-Ghali, então secretário-geral da ONU, telefonou me convidando para ser secretário-geral da Unctad. Fui nomeado em setembro de 1995. Quando cheguei a Genebra, estava-se no apogeu da globalização triunfante, e tudo parecia caminhar para o que se anunciava como o futuro de uma economia globalizada; foi quando se criou a Organização Mundial do Comércio. Acreditava-se muito naquilo que os economistas americanos chamavam a “grande moderação”, quer dizer, um período de crescimento econômico sem inflação, em que se chegava a admitir que já não existiam os ciclos normais de recessão e expansão. Havia muita ilusão. Para mim foi muito útil a passagem pela Unctad, pois ali estavam as raríssimas vozes discordantes. Na época, como hoje, era forte a pressão em favor de uma só visão, a visão ortodoxa do *mainstream*. Mas a Unctad guardou de seu fundador, o argentino Raúl Prebisch, esse compromisso com a visão crítica da economia. Prebisch dizia que as teorias que vinham do norte eram muito valiosas, mas deviam ser examinadas de uma perspectiva crítica para verificar até que ponto correspondiam às condições dos países em desenvolvimento. E Prebisch marcou a história da Unctad, que, apesar de todos os avanços e recuos, manteve-se fiel a essa defesa de um pensamento independente, autônomo, sem aceitar imposições. A Unctad pagou por isso um preço muito alto, foi marginalizada, ridicularizada, e até hoje a maioria dos economistas do *mainstream* não a levam a sério. Na época do governo Fernando Henrique Cardoso, nos concursos que aqui havia para o Banco Central, os documentos que podiam ser citados eram do Banco Mundial, do FMI, mas nunca da Unctad, considerada uma organização sem credibilidade econômica.

ROSA. Seu nome foi apoiado pelo governo brasileiro?
Não, não. Mas o governo tampouco foi contra. A indicação não tinha nada a ver com o governo brasileiro, foi convite do secretário-geral da ONU. É claro que falei com o Fernando Henrique, porque eu era funcionário

do governo. Acredito que fui escolhido por conta dos quatro anos em que fui o representante permanente do Brasil em Genebra, durante a rodada Uruguai, quando me tornei presidente do grupo dos países em desenvolvimento, presidente do conselho de representantes do Gatt e presidente das partes contratantes do Gatt. São os postos mais importantes, e ganhei muita visibilidade. Junto com meu colega da Índia, formamos o núcleo da resistência ao acordo Trips [Trade Related Intellectual Property], de propriedade intelectual, ao acordo Trims [acordo sobre medidas de investimento relacionadas ao comércio], ao acordo de serviços. Saí de Genebra em meados de 1991, quando me tornei embaixador em Washington, mas até fins desse ano ainda era presidente das partes contratantes do Gatt, e tinha reputação de ser um dos líderes do grupo de resistência à posição americana e à da Comissão Europeia. Enquanto estive lá, nunca aceitei o acordo de propriedade intelectual; até hoje acho um grave erro que o Brasil tenha aceitado, mas pelo menos não foi com o meu voto.

Quando cheguei à Unctad, lá havia gente de primeiríssima ordem. Shaheen Abrahamian ainda estava vivo. Também estava lá Yilmaz Akyuz; veio depois John Toyé, que para muitos é o maior economista do desenvolvimento hoje em dia. Eram economistas sólidos, de grande capacidade analítica, sem carga ideológica, ao contrário do que se dizia, não eram marxistas, nada disso. Eram mais de influência nekeynesiana, mais ligados à linha de Cambridge, com uma visão alternativa à das organizações de Bretton Woods, crítica em relação ao FMI, aos programas de ajustes. E a Unctad teve papel muito importante ao denunciar desde o primeiro momento os perigos da globalização financeira, que não deve ser de forma nenhuma confundida com a globalização comercial. A globalização comercial é algo muito mais simples de manejar que a globalização financeira. Até mesmo grandes advogados do livre comércio, como o professor da Universidade de Columbia, Jagdish Bhagwati, são contrários à globalização financeira. A Unctad vinha dizendo desde o começo dos anos 1990 que era necessário

manter controles de capital e mecanismos para evitar a proliferação de instrumentos financeiros. Logo depois da queda do Muro de Berlim, quando todos os organismos econômicos diziam que o futuro pertencia a um capitalismo globalizado e sem entraves, a Unctad publicou um relatório dizendo que a década ia se caracterizar pela frequência, pela intensidade e pelo poder destrutivo das crises monetárias e financeiras. Essa primazia ninguém pode tirar da Unctad, mas ela levou muita paulada por causa disso. Antes de eu chegar, seu relatório de 1994, o conhecido TDR [Trade and Development Report], já dizia que o México ia entrar em colapso. Na época, o *Wall Street Journal* fez um editorial afirmando que os economistas da Unctad eram como aquele personagem de um conto americano em que o sujeito vai para um bosque, fica morando no meio de uns gnomos e quando volta não se dá conta de que se passaram cinquenta anos, todos morreram e o mundo está diferente. É verdade que quando houve o colapso mexicano eles tiveram a lisura de publicar um artigo dizendo que, de fato, a Unctad tinha sido o único organismo a indicar que o México ia por aquele caminho.

BIELSCHOWSKY. Estão aí as raízes da crise atual?

A primeira grande crise da globalização financeira, que anuncia o que está acontecendo agora, é a mexicana, em fins de 1994. Depois, vem a crise da Ásia, em 1997, que começa na Tailândia. Eu tenho até hoje um exemplar do *Financial Times*, de dez dias antes do começo da crise asiática, com uma manchete que diz: “O futuro da economia mundial é cor-de-rosa, afirma o FMI”. E o FMI até dizia que a moeda tailandesa estava bem ajustada, quando na verdade a crise começa com o colapso da moeda tailandesa, o baht. Vejam como eles são bons de previsão. E depois houve a crise russa. A diferença é que essas crises foram todas na periferia, e desta vez foi no coração do sistema. Mas os problemas já tinham sido identificados pela Unctad: a proliferação dos instrumentos financeiros, a desvinculação do mundo das finanças do mundo real do comércio e da produção, a gestão cada vez mais arriscada e riscos intoleráveis, a especulação

financeira com todos os ativos criando bolhas. Tudo isso está nos relatórios. A diferença é que ninguém deu a menor atenção. Era uma organização deliberadamente desprestigiada. Quando cheguei à Unctad, o *Financial Times* saiu com uma nota na coluna “Observer” dizendo que eu era o ex-ministro da Economia que chegava a uma organização cuja sigla queria dizer: Under No Condition Take Any Decision. Ou seja, o que hoje é a OMC – não tomar nenhuma decisão sob nenhuma condição... Mas naquele tempo havia um esforço sistemático de desmoralização, e devo dizer que isso teve um efeito muito grande até mesmo no Brasil, onde um economista falar bem da Unctad era se desqualificar intelectualmente. Os economistas, como dizia Keynes, preferem errar no *mainstream* a acertar fora dele.

ROSA. O senhor recentemente foi muito incisivo numa entrevista ao dizer que o TDR não interessa aos países ricos porque eles não querem saber a verdade.

É um jogo de interesses. A vantagem que talvez eu tenha sobre os economistas é, não sendo economista de formação, ter uma experiência política que me leva a ver a economia como um jogo de poder. E muitas vezes os economistas, por ingenuidade ou interesse, pretendem que a economia seja algo em que o poder não ocupa uma posição central. Como, além disso, tive uma experiência de negociador na rodada Uruguai, em que o poder era absolutamente decisivo, o poder era tudo, me dei conta desde cedo de que as doutrinas, as ideologias, os *mainstreams* são máscaras dos interesses. É aquele conceito muito claro de Mannheim de que a ideologia é um sistema de valores e crenças supostamente objetivos e científicos, mas que mascaram interesses de classes, setoriais. Nunca tive nenhuma dúvida sobre isso.

BIELSCHOWSKY. Nos anos em que esteve na Unctad, quais foram os bons e os menos bons momentos?

Os momentos mais interessantes foram aqueles em que aproveitei a tribuna para dizer essas coisas na frente dos diretores do Fundo Monetário, na época Michel Camdessus, que é até hoje meu amigo particular, do

Banco Mundial, James Wolfensohn, do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Numa famosa reunião de abertura do Ecosoc [Conselho Econômico e Social das Nações Unidas], o tema do grande painel de abertura era a agricultura nos países pobres. Acho que foi por volta de 2001. Fiz meu discurso falando sobre a agricultura nos países ricos, que gozam de subsídios, mas mostrando que os subsídios não iam para os agricultores pobres. Citei, por exemplo, as taxas de suicídio cada vez maiores dos agricultores franceses; a tendência às drogas entre os agricultores americanos; e como os subsídios se concentravam entre os grandes produtores de algodão. E terminei contando como os produtores africanos de algodão, dos países mais pobres da África – Burkina Faso, Mali, Benin –, estavam sendo esmagados pelos subsídios ao algodão americano, que eram dados a produtores gigantes.

E como os americanos gostam muito da Bíblia, contei uma história do Segundo Livro de Samuel, a história do rei David, quando ele vê Betsabá, por quem se encanta. Dorme com ela, que engravida. E David manda chamar o marido de Betsabá, Urias, o hitita, que estava no exército de Israel assediando outra cidade. E usa o pretexto de que Urias vem trazer notícias da batalha para que ele durma com a mulher e, assim, assuma a responsabilidade pela gravidez. Mas no dia seguinte contam-lhe que Urias dormira no palácio alegando que enquanto os companheiros estivessem em campanha não dormiria em casa. Então David manda o comandante do exército de Israel colocar Urias em posição mais vulnerável para que ele morra, o que acontece. O profeta Nathan vai falar com o rei e diz: “Venho lhe contar uma história que ocorreu em tal país em que havia um indivíduo com um enorme rebanho de ovelhas e novilhas, riquíssimo, e outro que era um camponês com uma só ovelhinha que ele criara com carinho, dando-lhe de comer no colo. E um dia aparece um hóspede, e é preciso matar um carneiro para homenageá-lo. E o senhor muito rico mandou matar a ovelhinha do vizinho. O que acha que esse homem merece?”. E o rei responde: “Esse indivíduo merece a morte”. E Nathan diz: “Esse indivíduo é vossa majestade, foi isso que aconteceu”. contei essa

história dizendo que os americanos eram o sujeito que tinha tudo e estavam matando os africanos, que tinham só um algodãozinho. Duas horas depois, Negroponte, embaixador dos Estados Unidos na ONU, em Nova York, estava no meu gabinete para fazer uma queixa formal. Queixaram-se ao Kofi Annan.

Para vocês terem uma ideia do clima, quando assumi a secretaria geral, fui a Nova York, em setembro ou outubro de 1995, e pedi para ver Madeleine Albright, embaixadora dos Estados Unidos na ONU. Ela abriu a conversa assim: “Quero que o senhor saiba que não fui consultada sobre sua indicação”. Não falou o que teria dito se fosse consultada; também não perguntei. Quando ia haver a Unctad XI, aqui em São Paulo, em 2004, o Grupo dos 77 queria que me prorrogassem o mandato por mais dois ou três anos, mas os americanos vetaram; isso quem me disse foi o Kofi Annan, que ainda perguntou: “O que é que os americanos têm contra você?”. Eu disse: “Não sei, tem essas coisas que digo nos discursos, eles não gostam muito. Mas eu cito a Bíblia”.

BIELSCHOWSKY. Pelo menos foram grandes momentos.

Olhe, grandes momentos de verdade nunca tivemos, porque nunca fomos prestigiados, entende? Sempre sobrevivemos com muita dificuldade. Confesso que isso me magoa, porque os próprios países em desenvolvimento nunca nos deram muito apoio, com algumas exceções. Infelizmente os países em desenvolvimento sofrem de colonialismo mental, ou querem ser festejados pelos grandes, são desleixados na defesa dos próprios interesses, não mantêm assiduidade nas reuniões da ONU das quais dependem os recursos financeiros e o mandato de trabalho de organizações com a Unctad. Os que eram assíduos eram os malignos. Lembrava-me sempre daquele verso de Yeats, em “The second coming”, que diz: “*The best lack all conviction, while the worst are full of passionate intensity*”. Era isso, os piores eram os que estavam lá sempre para negar dinheiro, cortar o mandato. Por que está havendo essa campanha atual? Por que eles querem matar a Unctad? Porque a União Europeia resolveu substituir o velho acordo APC

que tinha com a África, o Pacífico e o Caribe por acordos bilaterais exigindo reciprocidade. E a Unctad fez estudos que municiaram os africanos para mostrar que eles iam ser liquidados por esses acordos comerciais. Isso os franceses não perdoam. E como demos essas armas aos africanos, os europeus não querem que isso continue. Não tenham dúvida, este é um terreno em que o poder aparece da maneira mais crua. Os europeus são um pouquinho mais disfarçados que os americanos. Mas todos se parecem, não tenho a menor ilusão sobre isso. E agora está pior, porque puseram na ONU um secretário-geral que é um pau-mandado, ao contrário do Kofi Annan, que ainda tinha margem de manobra. Como os países em desenvolvimento não se unem, não sabem se defender, é um problema. Eu sempre disse – às vezes eles riam e não gostavam – que a Unctad é o sindicato dos trabalhadores das reuniões internacionais; queremos mais, reivindicamos mais. Eles queriam, por exemplo, que eu dissesse que a rodada Doha era a rodada do desenvolvimento. Eu disse que só afirmaria isso se a rodada terminasse com ganhos efetivos para os países em desenvolvimento.

RICARDO. Sua passagem pela Unctad coincide com um período em que o processo de globalização será marcado por problemas graves nos países em desenvolvimento, como México, Tailândia, Rússia, Brasil e Argentina. Quando o senhor deixa a Unctad, parece que já antevê os problemas que começariam a surgir mais à frente, fruto principalmente da desregulamentação financeira nos países capitalistas centrais. E então, em 2005, escreve um artigo publicado na revista *Estudos Avançados*, da Universidade de São Paulo, intitulado “A crise do sistema internacional, um futuro pior que o passado?”. Continua a incerteza sobre o futuro anunciada no artigo?

Não vejo até hoje um horizonte claro do que vai acontecer com o capitalismo mundial. Minha impressão é que os países centrais, Estados Unidos, Japão e União Europeia, no fundo acreditam que esta crise, apesar de mais grave que as anteriores, vai ser passageira. E acham que, de um jeito ou de outro, vai se voltar ao *business as usual*.

Isso se vê claramente no fato de que, apesar da criação do G-20, não se conseguiu avançar em profundidade nas reformas do sistema financeiro e monetário. Houve um momento em que se falou de reforma até do sistema monetário, que é o mais difícil de todos, mas depois o tema praticamente saiu da agenda. Saiu porque a resistência, sobretudo dos Estados Unidos e do Reino Unido, é muito grande. Os dois países detentores das duas principais praças financeiras não querem aceitar as grandes reformas porque eles são o eco do sistema financeiro e bancário, que sempre sustentou que quaisquer restrições representam uma redução das oportunidades de ganho. Quer dizer, qualquer aumento de regulamentação ou de supervisão, por exemplo, dos derivativos de alto risco, qualquer exigência de maior transparência nesse setor

depois nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, que leva para o coração do sistema político a predominância dos interesses financeiros sobre os interesses industriais. É a partir desse momento que o setor financeiro americano vai dar o grande salto, passar de uma porcentagem relativamente modesta das rendas das corporações a uma porcentagem altíssima do rendimento total da economia. E isso não se fez pela eficiência, mas em grande parte pelo trabalho sistemático de desmantelamento da regulamentação e da supervisão bancária e financeira. Isso foi um trabalho do Congresso americano, do Executivo, do domínio de todos aqueles postos-chave por pessoas que vinham de Wall Street. E não foi só na época do Partido Republicano no poder, pois avançou muito na época do Clinton, quando o secretá-

O Brasil ainda tem de provar que nosso modelo vai durar, porque só há um critério insofismável de desenvolvimento: a capacidade de reduzir o diferencial de renda per capita que nos separa dos países avançados, não por um ou dois anos, mas por trinta, quarenta anos ininterruptos.

significa que haverá menos oportunidade de se criarem outros instrumentos financeiros que renderiam grandes oportunidades de lucro. O que estou dizendo não tem nada de revolucionário, até o Paul Volcker, ex-presidente do Federal Reserve, que desempenhou papel importante em certo momento no governo Obama, já disse essas coisas. Numa conferência que fez na Universidade de Columbia, ele afirmou que a única inovação financeira digna de aplauso era o caixa eletrônico, todas as outras tinham causado mais mal que bem.

Mas também tenho um trabalho, de 2008, se não me engano, sobre o lado político da crise financeira. Nele procurei mostrar que a globalização financeira, que tem origem no começo dos anos 1980, é em grande parte uma obra do poder político, quer dizer, foi tornada possível pelo controle, pela conquista do poder político por parte dos grandes interesses ligados ao mundo das finanças. Primeiro na Inglaterra, com Margaret Thatcher,

rio do Tesouro era um homem de Wall Street, o Robert Rubin. Os indivíduos intrinsecamente ligados às finanças jamais perderam a posição dominante no coração do sistema; há muito tempo ditam a política americana, exceto em um pequeno intervalo em que houve um secretário do Tesouro que era um homem da indústria, da Alcoa. A associação com o poder político é muito forte, é uma ingenuidade pensar que esse é um processo socrático, um processo de busca da verdade, e que, uma vez entrevista a verdade, vai se mudar o sistema. Não vai! É uma questão de domínio do poder político.

Fiz parte da comissão da ONU chefiada por Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia. Logo na primeira reunião, procurei transmitir isso a eles, mostrando o lado político das negociações econômicas, e que não adiantava pensar que a situação mundial estava daquele modo por falta de boas ideias para se organizar de melhor maneira os sistemas financeiro e monetário. O

que falta não são ideias, o que falta é o interesse e a capacidade política e o desejo de fazer as reformas. É por isso que acho que isso não mudou, nem nos Estados Unidos, nem na Europa, nem no Japão. Minha única dúvida é saber se vão conseguir sobreviver a essa crise com força suficiente para manter o predomínio do passado, devido ao impacto do que está acontecendo hoje em dia: o reforço da China, inclusive do poder financeiro chinês, e a deriva do eixo de gravidade do poder político e do poder econômico em direção à Ásia. Isso tudo cria um grande ponto de interrogação. Estamos num processo de transição e de mudança, não temos mais a estabilidade hegemônica que garantiu a manutenção da ordem econômica liberal, liberal no sentido da economia de livre-comércio, de liberdade de fluxos financeiros e de investimentos desde a era vitoriana.

Vocês sabem que a expressão “estabilidade hegemônica” foi criada por Robert Gilpin, um teórico de Princeton que tem uma grande obra sobre economia política. Ele diz que a ordem econômica do capitalismo liberal demanda sempre uma potência hegemônica que a garanta. Essa potência foi a Grã-Bretanha vitoriana no século XIX, foram os Estados Unidos do final da Segunda Guerra Mundial para cá. Ora, essa estabilidade hegemônica está hoje em dia sob pressão. Não sou daqueles que acham que é fatal que os Estados Unidos vão perder a posição hegemônica. Acho que estamos numa fase de muita incerteza. Mas é fato que o maior candidato a ser a grande potência do futuro é a China, país extraordinariamente prudente em avançar suas opiniões sobre a organização mundial. Vocês sabem que Deng Xiaoping legou a seus sucessores uma política deliberada, como ele dizia, de esconder o potencial da China para não assustar os adversários. Ele dizia que a China tem de, aos poucos, tranquilamente, criar as bases de seu poder e procurar ser muito modesta internacionalmente.

LUIZ. Mesmo em relação à cadeira no conselho de segurança da ONU, ou no caso de Honduras, nas negociações com o Irã, o Brasil tem desejado aparecer como uma potência emergente entre os Brics, mas nem de

longe se aproxima das grandes potências.

O Brasil ainda tem muito a provar; em primeiro lugar, que esse modelo nosso vai mesmo durar, porque só há um critério insofismável de desenvolvimento: a capacidade de reduzir o diferencial de renda *per capita* que nos separa dos países avançados, não por um ou dois anos, mas por trinta, quarenta anos ininterruptos. Como fizeram Coreia do Sul, Singapura, como a China está a caminho de fazer. O Brasil tem muito pouco tempo nisso. E tem ainda vulnerabilidades grandes. Nossa taxa de poupança é baixa, nossa taxa de investimento é baixa. Então, para mim está longe de ser evidente que o país vai poder manter essa trajetória dos últimos anos.

ROSA. Voltando à questão do sistema mundial, está faltando liderança política no mundo?

Não é só liderança, e aí eu volto à história. As pessoas que têm o poder não têm interesse nessas mudanças, entende? Os grandes centros do poder mundial, nos Estados Unidos, Europa e Japão, ainda estão basicamente nas mãos do sistema financeiro, e esse sistema quer tão poucas mudanças quanto possível, e só vai fazer as reformas necessárias para a sobrevivência do sistema. Não sei dizer até que ponto é viável que o sistema sobreviva com as poucas reformas que querem fazer. Não acho que exista da parte deles nenhum desejo real de reforma profunda, na verdade o que querem é apenas evitar as disfunções que põem em perigo o próprio sistema, mas mesmo eles não estão de acordo sobre quais são essas disfunções. Por outro lado, a China está escondendo o jogo. É preciso não esquecer que ela é uma grande beneficiária do *status quo*, tanto em matéria de comércio, pois é a primeira exportadora, como em matéria de finanças, pois acumulou um tesouro gigantesco de reservas, está construindo a maior reserva financeira do mundo; e também em matéria climática não tem interesse nenhum em qualquer mudança. Desse ponto de vista, chineses e americanos têm a mesma posição. É um erro pensar que a China queira desfazer o *status quo*. A China só tem problemas com os Estados Unidos na área estratégica: quem vai dominar o comércio e a navegação no mar da China? Aí não há convergência, mas

no resto os dois países são absolutamente convergentes.

Eu queria terminar a questão da crise, porque não gosto de perguntas que ficam com respostas inconclusas. Minha opinião é que ninguém, absolutamente ninguém pode prever o mundo que vai sair a longo prazo dessa crise. E não pode prever por uma razão muito simples. Se a tendência atual continuar, o que vai acontecer inexoravelmente é que o poder econômico vai migrar em direção à China, à Ásia do leste, e não sabemos que tipo de sistema será gerado por um mundo pós-ocidental, com valores chineses. Não temos ideia do que representaria um mundo em que a estabilidade hegemônica passasse das nações anglo-saxônicas para uma nação de cultura chinesa. Se isso não acontecer, Estados Unidos e Japão voltam a recuperar boa parte de sua preeminência. E se voltarem, acho que vamos continuar com um sistema que vai produzir novas crises financeiras e monetárias, com problemas sociais complicados. Vejo um futuro cheio de ameaças. Creio que aí se aplica aquela definição de crise de Antonio Gramsci: crise é quando o velho não acaba de morrer e o novo não consegue nascer. Nesse intervalo, diz ele, todo gênero de sintoma mórbido sobe à superfície. Estamos assistindo a esses sintomas mórbidos, estamos no meio de uma das grandes transições da história. Por exemplo, quais são os valores que os chineses encarnam?

RICARDO. Em julho de 2010, em artigo na *Folha de S. Paulo* (“Lugar para sonhar”), traduzindo o sentimento predominante em um seminário de que participou em Portugal, o senhor dizia que “a Europa continua sendo o melhor lugar para viver, mas não é um bom lugar para sonhar”. Faz referência ao desemprego brutal que está afetando países como França, Itália e Espanha. Ampliando essa questão, podemos dizer que no mundo contemporâneo existem três sistemas de proteção social e de regulação do mercado de trabalho. Comparando com a Europa ocidental, os Estados Unidos sempre tiveram um mercado de trabalho sem grande proteção social, no qual predomina a ideia de flexibilização. A China tem menos proteção social ain-

da. A Europa ocidental, de certa maneira, é uma espécie de guardiã de um sistema de valores amparado na democracia, na proteção social e na regulação do mercado de trabalho. Mas o próprio presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, diz que o sistema de bem-estar social está dando seu último suspiro. O senhor acredita que esse ajuste na Europa vai significar uma redução do sistema de proteção social?

Essa é a visão do Draghi, como é a do Mario Monti, mas é preciso lembrar que ambos são banqueiros, representam o *mainstream*. Eu divirjo radicalmente dessa visão. Acho que a crise que a Europa está vivendo foi provocada diretamente pela globalização financeira e pelas loucuras que se cometeram nesse sistema bancário e financeiro. Não foi ocasionada pelas conquistas sociais, tanto assim que alguns dos países mais sólidos na Europa hoje em dia são os escandinavos, onde as conquistas sociais se mantiveram muito bem. A Dinamarca, a Suécia, a Holanda estão indo bem. É absolutamente inaceitável essa visão. Não quero dizer que não seja necessário um ajuste na legislação social. Temos parentes italianos que se aposentam com cinquenta anos de idade, e nunca mais vão trabalhar. Há situações abusivas. Mas não é razão para querer contestar todo o sistema de bem-estar, porque é uma extraordinária injustiça querer culpar esse sistema por uma crise que é produto dos bancos – e dos países que foram seus cúmplices. E a cura desse sistema está se fazendo à custa do sacrifício das pessoas comuns.

Voltando à crise do sistema mundial, nenhum sistema vai se sustentar se não resolver três problemas: o problema ambiental, que é a questão dos limites físicos; o problema da concentração crescente da renda e da riqueza, quer dizer, do empobrecimento da maioria; e o problema do desemprego estrutural. Tenho muita dúvida de que o capitalismo em sua forma atual seja capaz de resolver esses problemas. Não sou partidário do capitalismo, não creio que o capitalismo seja o horizonte incontornável da experiência humana, e também vejo com dificuldade o que pode substituí-lo. Mas acho que o capitalismo, por sua essência, tem muita dificuldade para

lidar com os problemas dos limites planetários, de tipo ambiental; com problemas de emprego; e com o problema da distribuição. E esses são três problemas humanos fundamentais. Aliás, precisamos reconhecer que nenhuma experiência de organização econômica foi capaz de resolver satisfatoriamente o problema do desemprego, porque o socialismo real, tal como o conhecemos, deu emprego a todo mundo, mas à custa da redundância, à custa de um peso econômico muito grave, de uma perda de eficácia. Eu gosto muito do conceito do pleno emprego, que caiu em desuso, porque não me parece possível que uma sociedade seja humana se não garantir a cada mulher, a cada homem a possibilidade de um trabalho digno, que lhe permita se realizar.

Então, os problemas da relativa igualdade, da criação de emprego e dos limites do planeta têm de estar no centro da criação de um mundo novo. Das experiências que nós temos, algumas se aproximaram disso um pouco mais, mas são em geral países pequenos. Não, a gente tem de reconhecer que é frustrante. Norberto Bobbio, que era um socialista moderado, dizia muito bem que, hoje em dia, a diferença entre esquerda e direita é que a direita considera o sistema atual uma espécie de sistema dado pela providência divina, como o sistema planetário, algo como um dado da natureza que não se pode mudar. Então, bom ou mau, injusto ou não, você tem de se acomodar; e a esquerda é a força que reúne todos aqueles que querem modificar o sistema atual no sentido de dar-lhe mais igualdade, mais dignidade.

Eu creio, realmente, é em quatro ideias-força que dominam a história dos seres humanos nos últimos sessenta anos, mais ou menos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Até ali, tivemos um século XX dominado pelas ideologias absolutas tanto de esquerda quanto de direita, ideologias que acreditavam na possibilidade de criar uma espécie de paraíso na terra. Hoje em dia, não temos mais esse tipo de ideologia, nossa atitude é mais sóbria, mais realista, em geral não mais acreditamos em ideologia como uma espécie de religião totalizadora que seja a chave de todos os problemas humanos. Nessa nova abordagem há quatro grandes ideias: direi-

tos humanos, meio ambiente, igualdade entre mulheres e homens e promoção do desenvolvimento para todos. Curiosamente, são ideias que têm sido promovidas pelas Nações Unidas, que com todos os seus defeitos gigantescos são o único grande fórum em que se pode discutir isso em conjunto. Gosto muito de uma definição de Jacques Maritain, que diz que o desenvolvimento é a promoção de todos os homens e do homem como um todo: "*De tous les hommes et de tout l'homme*". O homem nas suas necessidades materiais mas também culturais, simbólicas, relacionais, enfim, em toda a sua complexidade.

RICARDO. Como o senhor descreveria o capitalismo nos dias atuais?

O capitalismo, como costuma dizer meu amigo Fabio Konder Comparato, que está escrevendo sobre isso, não é um sistema econômico, é um tipo de civilização, tem valores para tudo, organiza a vida humana, é invasor de tudo, constrói tudo sobre a base da predominância econômica, mas não se limita de forma alguma ao econômico. Talvez o maior desafio que o capitalismo esteja enfrentando em toda a sua história venha do meio ambiente.

RICARDO. Anthony Giddens, em livro recentemente publicado no Brasil, intitulado *A política da mudança climática*, lembra que a sociedade normalmente reage diante de problemas que pode perceber no presente. Entretanto, os efeitos nefastos das mudanças climáticas acontecerão no longo prazo, exigindo que a sociedade procure agir no presente levando em conta os diagnósticos dos críticos do modelo de desenvolvimento do século passado. O senhor está convencido de que é preciso estabelecer imediatamente indicadores da devastação ambiental e que os países desenvolvidos e em desenvolvimento assinem acordos mais rigorosos?

Não só estou convencido, mas acho que quem não está convencido é apenas porque não vê os documentos. O problema é que muito pouca gente se deu ao trabalho de entrar, por exemplo, na internet e fazer um *download*

do quarto relatório, que é o último, do IPCC, o Painel Intergovernamental de Mudança Climática. Muita gente não faz isso, primeiro porque acha chato – de fato, o relatório é gigantesco, mas o sumário executivo são só 26 páginas –, depois porque pensa que é incompreensível, coisa para cientista. Não é. O IPCC tem três grupos de trabalho; o primeiro é que é sobre as mudanças físicas, aí se precisa ter conhecimento científico; mas os outros dois, sobre mitigação e adaptação, são sobre os efeitos sociais, são documentos que refletem o consenso da ciência ambiental.

Ora, a primeira coisa que se aprende quando se começa a ler alguma coisa é que na ciência climática existe um consenso de mais de 97%, algo nunca visto em nenhum outro campo da ciência, sobre duas proposições básicas: a temperatura média da Terra está em elevação acelerada, e boa parte disso é causada pelo ser humano. Daí os geólogos terem criado uma nova era ideológica, a que deram o nome de antropoceno. Então, quanto a isso não há dúvida. Também não há dúvida de que a causa disso é o acúmulo na atmosfera dos gases de efeito estufa, dos quais o mais importante é o dióxido de carbono. E não há dúvida de que esse fenômeno se intensificou a partir de 1750, da Revolução Industrial. E tampouco há dúvida de que infelizmente o ritmo tem aumentado, e de que entre 1990 e 2000 foi mais alto que na década de 1980, e entre 2000 e 2010 foi mais alto que na década anterior. E também não há dúvida de que por esse caminho não vai se chegar a limitar o aumento da temperatura média em dois graus centígrados. Já neste momento talvez a batalha esteja perdida, pois, mesmo com dois graus centígrados, calculam os biólogos que cerca de 20% a 30% das espécies vegetais e animais desapareçam; acima disso, ninguém sabe antever.

BIELSCHOWSKY. O Brasil partiu da posição lá de trás, de 1972, mas sempre com a ideia de que os países desenvolvidos deviam fazer o dever de casa, e nós aqui éramos as vítimas. Em Copenhague, Lula fez uma mudança em relação a isso, e disse: “Nós também temos que fazer a nossa parte”. Estou percebendo que na

preparação para a Rio+20 a posição do Itamaraty é se preocupar em ter “a casa cheia”, e assim fazer bonito e ir apenas monitorando a questão, em detrimento de se manifestar. Ora, o Itamaraty tinha avançado, o Lula tinha avançado. É isso mesmo?

Lula é homem muito sensível, muito antenado. Antes de Copenhague, em 2009, a tendência predominante no governo dele era muito conservadora, em relação à Amazônia, por exemplo, razão pela qual a Marina Silva deixou o governo. Mas então aconteceram três fatos: a candidatura da Marina à Presidência da República; a posição do ministro Carlos Minc, muito efetivo e que praticamente encostou o Lula na parede, porque o Lula tinha mais simpatia pelos grandes produtores do Mato Grosso; e a posição conjunta dos governadores amazônicos em favor de um mecanismo que os recompensasse pela manutenção da floresta em pé. Tudo isso pressionou muito a evolução da posição brasileira. E o que você disse é verdade. É louvável, o Brasil deu um grande passo, anunciou metas que, embora não sejam obrigatórias, não sejam cobráveis, são metas que fixamos para nós mesmos.

BIELSCHOWSKY. E abandonou isso agora?

Não, isso está indo muito bem. O problema é que temos que diferenciar o que está acontecendo no plano mundial e no plano brasileiro. No plano mundial as negociações de mudanças climáticas estão num impasse há muito tempo, e o principal culpado são os Estados Unidos, o país que historicamente mais contribuiu para o acúmulo de gases e, paradoxalmente, em que se faz 80% da ciência ambiental. Então, os Estados Unidos não mudando, a Índia e a China também não mudam. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a mudança climática tem um princípio que se chama de responsabilidade comum, porém diferenciada. O princípio diz mais ou menos o óbvio: a responsabilidade pelo planeta é de todo o mundo, mas uns são mais responsáveis que outros, porque os que fizeram a Revolução Industrial são os que historicamente mais acumularam esse problema que está provocando a mudança do clima. Então, o grau de responsabilidade tem de ser diferenciado. Mas diferenciado não quer di-

zer nenhuma responsabilidade, nem achar, como dizem alguns países em desenvolvimento, que a responsabilidade é dos outros. A Europa, o Japão assumiram tetos, têm limites de emissão de gases de efeito estufa. É o Protocolo de Kyoto. Lula definiu nossa responsabilidade na base de um teto voluntário. Para o Brasil, não é tão difícil reduzir a emissão porque a maioria vem da destruição da Amazônia. Agora se debate se é 70%, 72% ou 68%, mas basicamente o grosso da contribuição negativa brasileira vem da destruição da Amazônia. Portanto, se o Brasil consegue controlar a destruição da Amazônia, que é do nosso interesse, ao mesmo tempo atende a esses objetivos. Já para a Índia e para a China, como para a maioria dos países, o grosso da emissão vem da energia, que depende basicamente do carvão. A China está inaugurando duas usinas de carvão por semana. As projeções de crescimento do consumo de carvão são gigantescas na China e na Índia, por isso a China é o país que mais investe agora em energia eólica e solar.

RICARDO. A matriz energética brasileira é mais limpa que a da China e da Índia, e, portanto, a questão do Código Florestal é importante para impedir o desmatamento.

É importante e não pode haver retrocesso. O que nós temos de energia limpa e renovável é cerca de 40%. E não é só hidrelétrica, é também cogeração de energia com a fabricação do etanol, do uso do bagaço de cana, e ainda nem se usou a palha. Só em São Paulo se calcula que com bagaço e palha se poderiam gerar mais de duas Itaipu. O Brasil tem possibilidade de aumentar suas fontes limpas. Já a maioria dos outros países tem um índice de energia limpa e renovável muito pequeno. O Reino Unido, que está querendo aumentar esse índice, não chega a 9%. Mas infelizmente estamos ameaçados de fracasso se começarmos a adotar termoeletricas no nosso plano de energia. Além do mais, os aproveitamentos hidrelétricos estão ficando difíceis, e ninguém sabe qual vai ser o impacto do pré-sal. Quanto ao nuclear, sabe-se que tem muitas desvantagens, mas essa ao menos não tem.

O critério do desenvolvimento sustentável, adotado a partir do Relatório Brundtland e consagrado na

conferência Rio-92, define que esse é o tipo de desenvolvimento que permite à geração atual satisfazer suas necessidades fundamentais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras fazerem o mesmo. Então, reduzida a sua expressão mais simples, a noção de desenvolvimento sustentável significa que cada geração deveria legar à seguinte um planeta pelo menos igual ao que recebeu, se não melhor, mas nunca pior. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável introduz uma dimensão nova, que o conceito antigo de desenvolvimento não tinha, isto é, a ideia de responsabilidade com as futuras gerações. Como é que garantimos o futuro das novas gerações? Existe um instituto em Estocolmo – aconselho vocês a procurar na internet a expressão “*boundaries of the planet*” – que identificou nove grandes fronteiras que o planeta não pode ultrapassar e que têm a ver com temperatura, água, recursos, produção de alimentos etc. No atual estágio da tecnologia humana, há limites físicos, e podemos estar ameaçando a sobrevivência da própria espécie humana, não só das outras espécies, mas da nossa.

O desenvolvimento sustentável tem três pilares: o econômico, o social e o ambiental. A ideia básica é que não se pode condenar os países pobres a renunciarem ao desenvolvimento agora, quando os outros já se desenvolveram. Isso não se pode fazer. Temos que encontrar uma maneira de continuar o crescimento sem que ele sacrifique o planeta. Como? Através da chamada economia de baixa intensidade de carbono. A primeira boa contribuição para esse estudo foi o relatório que o Reino Unido encomendou em 2006 a *sir* Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial. É um relatório sobre o impacto do aquecimento global na economia. É interessante porque, embora sendo um economista de credenciais ortodoxas, ele abre o relatório com uma frase chocante, que diz: o aquecimento global é o exemplo mais flagrante de *market failure* de toda a história. Ou seja, é culpa do mercado, que foi deixado entregue a si mesmo, predatório, destruindo tudo, água, ar, desde que desse lucro. A lógica do mercado não é sustentável. Então, como se muda a lógica do mercado através do siste-

ma de preços, há que pôr um preço no carbono. Ou seja, ele está dizendo que hoje em dia o carvão e o petróleo não têm o preço justo, porque aí não está embutido o dano que geram ao acumular gases que vão provocar esses efeitos: desastres, perdas enormes. São as externalidades, que a seu ver têm de ser embutidas no preço dos combustíveis. A Agência Internacional de Energia calculou – os últimos dados são de 2008 – que naquele ano os países estavam gastando com subsídios, produção e consumo de combustíveis fósseis quase 700 bilhões de dólares. Ou seja, há enormes subsídios na produção e no consumo. No Brasil se paga uma gasolina que não traduz o preço do barril de petróleo, pois está subsidiada. Na Venezuela enche-se um tanque com uns poucos dólares.

Outro aspecto é a questão das contas nacionais. Até hoje elas são feitas na base do conceito do PIB. Avalia-se o valor monetário dos bens e serviços produzidos, razão pela qual, como se sabe, o trabalho doméstico não entra. As contas nacionais não conseguem captar certas coisas, entre elas a degradação do capital natural, causada pela produção e pelo consumo. Algumas coisas acabam; por exemplo, o manganês da serra do Navio não existe mais, só restou o buraco. O minério de ferro um dia acaba. E nas contas nacionais não entra esse déficit ambiental.

ROSA. Em artigo publicado ano passado (“O que nos reservam as próximas décadas”, revista *Relações Internacionais*), o senhor cita quatro aspectos favoráveis do Brasil atualmente: o bônus demográfico, a urbanização já concluída, o pré-sal e as fontes limpas de energia, e a demanda mundial de *commodities*, fadada a crescer. Ao mesmo tempo, citando Maquiavel, lembra que é preciso ter a fortuna mas também a virtú. Partindo daí, como vê o Brasil nos próximos anos?

Escrevi um trabalho mais longo que esse do ano passado, para o livro *El momento político de América Latina*, organizado pela Segib, a Secretaria Geral Ibero-americana, dirigida por Enrique Iglesias. É uma visão muito favorável e objetiva dos últimos 25 anos do Brasil, desde o fim do regime militar. Quando eu era embaixador em Washington, no início dos anos 1990, estava muito em moda a teoria do

sequenciamento. Dizia-se que um país precisava, primeiro, ter crescimento econômico; depois passava para a fase social, distribuindo o bem-estar; e só então podia chegar à democracia. É o modelo que dizem ser o da China e dos asiáticos. Ora, o Brasil fez totalmente o contrário. Começou com a democracia de massa, depois da queda dos militares e da Constituição de 1988. A democracia participativa de massas, por sua vez, desmentindo as previsões pessimistas, em vez de aumentar a instabilidade, gerou um período de estabilidade muito superior ao que havíamos tido em fases anteriores. Passamos, depois, para a etapa econômica, e convém ressaltar que foi essa democracia de massas, com todas as suas dificuldades, que conseguiu resolver os dois grandes problemas econômicos que os governos militares não lograram solucionar: a dívida externa e a hiperinflação. Finalmente, ingressou-se na fase social em que nos encontramos, reduzindo-se significativamente a pobreza e a desigualdade. Hoje em dia há pelo menos quatro grandes conjuntos de condições objetivas, que não estão em futuro distante e são tendências de longo prazo, pois vão durar quarenta, cinquenta anos, e que antes eram desfavoráveis e agora são propícias ao desenvolvimento brasileiro. Quais são essas condições? Primeiro: a demografia – passamos do ônus ao bônus demográfico, não precisamos correr para ficar parados, pela primeira vez podemos cuidar da qualidade e não só da quantidade. Segundo: a urbanização – depois de setenta anos de urbanização selvagem, cujo resultado é o que temos aí, não mais teremos esse problema, até por conta do pequeno crescimento demográfico. Nós, como toda a América Latina, chegamos a 86% de taxa de urbanização, quer dizer, mais que a Suíça. Terceiro: descobrimos petróleo, gás, temos o etanol, portanto a energia não é mais o limite. Quarto: éramos um país que, como se dizia quando eu era menino, só produzia *commodities* de sobremesa, que eram o café, o cacau e o açúcar, enquanto os argentinos é que vendiam carne de boi, trigo. Como o Celso Furtado diz muito bem: o Brasil não se desenvolveu no século XIX porque a taxa de exportação nunca cresceu o suficiente para financiar as necessidades de importação. De repente – mas foi por sorte – surgem a China e os asiáticos, que mudam o mercado das *commo-*

dities. O índice de urbanização da China é 51%, o da Índia é 34%; até chegarem aos 86% do Brasil, o que vão consumir de cobre, minério de ferro, aço, cimento, alimentos é uma barbaridade! Isso é a fortuna; a *virtù* é que mudamos a agricultura brasileira, graças à incorporação de tecnologia e também de capital. Hoje em dia somos o primeiro, segundo ou terceiro maior produtor em pelo menos dez a quinze *commodities*. Não é mais só o café, ou só o açúcar. É algodão, suco de laranja, soja em grão, farelo, óleo de soja, carne bovina, carne de frango, carne suína.

ROSA. Quais seriam as condições menos propícias nesse cenário a médio prazo?

Temos vários problemas sérios. Os mais graves são a má qualidade das instituições em geral – públicas e privadas – e a má qualidade da educação. Quanto às instituições, há ilhas, como o Tesouro, o Itamaraty, mas no conjunto elas são muito ordinárias, seja o Congresso, o Judiciário, os partidos, os bancos. E isso em parte é porque as pessoas são fracas por causa da educação que receberam. Uma coisa tem a ver com a outra. Ainda assim, o Brasil chegou aonde está com essas instituições e com educação muito pior porque, quando eu nasci, em 1937, nem a educação nem as instituições eram melhores. Então, se chegamos até aqui, não quer dizer que não vamos continuar. Até porque o Brasil passou recentemente por duas fases de tomada de consciência. A primeira tomada de consciência foi a do perigo da hiperinflação. Em 1985, 1987, 1988, não era todo mundo que tinha consciência de que a inflação alta, degenerando em hiperinflação, ia destruir a sociedade brasileira. Hoje em dia todos têm consciência da necessidade de um mínimo de estabilidade. Passamos então para a segunda tomada de consciência, que foi a da prioridade do combate à pobreza e à desigualdade, o que hoje ninguém nega. Falta a terceira, pois ainda não temos consciência da necessidade de melhorar a competitividade, a produtividade. O país ainda tem muito essa tendência de fazer favor com dinheiro dos outros, dar passagem de graça para os idosos, dar tratamento de aids gratuito a todo mundo. São inicia-

tivas desejáveis, mas nem sempre fáceis de financiar. Acho importante a busca da produtividade, da eficácia, até porque temos baixa taxa de poupança, baixa taxa de investimentos. Ainda nos falta a ideia de que não vamos poder manter esse sistema só na base do consumo, porque se se estimula apenas o consumo de massa, que é uma coisa boa, necessária, mas vai crescer cada vez mais o rombo nas contas correntes. Esta é a equação que o Brasil ainda não resolveu: maior taxa de poupança, maior taxa de investimento, maior eficácia da economia.

LUIZ. Como vê a questão do agronegócio no Brasil, e também a posição do MST e a reforma agrária?

Sou da opinião de que é perfeitamente possível ter uma pequena agricultura mais eficaz coexistindo com o agronegócio. Aliás, grande parte da agricultura brasileira é pequena, não é? E com um bom programa de apoio à pesquisa e de assistência, dá para melhorar muito. A meu ver, o problema hoje em dia não é tanto a falta física de terra, mas a qualificação técnica, a fim de evitarmos o que hoje acontece: o agricultor pobre receber a terra e, em seguida, cortar a lenha e vender a mata. Tenho a impressão de que o MST já percebeu esse problema, tanto assim que há muito tempo está investindo na educação dos assentados. O caminho para eles terá de ser a qualificação, exigindo maior apoio nesse setor. Por exemplo, o Brasil quase não tem seguro rural. Aqui o seguro de colheitas é muito precário, incipiente. O pequeno produtor sem um bom seguro rural não tem condições de sobrevivência. Os grandes sobrevivem porque têm caixa, são capazes de aguentar, mas os pequenos não.

Em suma, o Brasil tem muito boas condições para enfrentar as próximas décadas, mas um pouco de sobriedade e de humildade cairiam bem. Vale lembrar o que dizia a poeta Elizabeth Bishop, que viveu muitos anos no Brasil. A seu ver, o grande defeito dos brasileiros era essa capacidade ilimitada de autocomplacência. Temos a tendência de tomar os defeitos e transformá-los em qualidades. Qualquer talentozinho vira um talentozão... Então, um pouco mais de severidade, de exigência não nos faria mal.

§